



# ***ESTUDOS DE REORDENAMENTO AGRÁRIO***

***Número 1***

**Capacidade de pagamento dos  
beneficiários do Banco da Terra  
na região Sul do Brasil**

***ESTUDOS DE  
REORDENAMENTO  
AGRÁRIO***

***NÚMERO 1***

***Capacidade de Pagamento dos  
Beneficiários do Banco da Terra na  
Região Sul do Brasil***

***Sidemar Presotto Nunes***

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS - DESER

***1ª Edição***

***IICA/MDA/PCT-Crédito Fundiário***

**Brasília, 2006**

# Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Reordenamento Agrário

Esta é uma publicação da Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação.

O estudo publicado neste volume diz respeito à pesquisa realizada na região sul do país pelo Departamento de Estudos Sócio- Econômicos Rurais – DESER, que ocorreu em 2005. O objetivo desse estudo foi analisar a capacidade de pagamento dos beneficiários do programa Banco da Terra na região Sul do Brasil

Estudos de Reordenamento Agrário – nº 01 (2006)  
- Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Projeto Crédito Fundiário e Combate a Pobreza Rural, 2006.

ISBN 85-60236-00-07  
978-85-60236-00-8

1. Patologia Social – Brasil
2. Serviço Social – Brasil
3. Reforma Agrária – Brasil
4. Crédito Fundiário – Brasil
5. Programa Banco da Terra – Brasil
6. Agricultura Familiar – Brasil

**Tiragem:** 500 exemplares

**Editora:** IICA/MDA/PCT – Crédito Fundiário

**Impressão:** Copiadora Exata

**Capa:** Célia Matsunaga Higawa e Marcelo Terraza (*Design Gráfico*),  
Regina Santos (*Fotografia*) e Soraya Brandao Wunderlich (*Formatação*).

**Organização e Revisão Técnica:** Marlon Duarte Barbosa,  
Fernanda Gomes Philomeno e  
Sheila Fátima Pessoa Francelino.

Novembro de 2006

Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Secretaria de Reordenamento Agrário  
Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação  
SBN – Quadra 1 - Ed. Palácio do Desenvolvimento, Bl “D” 10º andar, sala 1008  
CEP: 70.057-900

<http://www.mda.gov.br>

e-mail: [pma-sra@mda.gov.br](mailto:pma-sra@mda.gov.br)

## **Equipe de Elaboração da Pesquisa (DESER)**

*Sidemar Presotto Nunes*  
Coordenação e Redação

*Marilza Aparecida Biolchi*  
Redação e Revisão

*Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra*  
Banco de dados

## **Equipe da Pesquisa de Campo**

*Charles Moresco*

*Eduardo Borges da Silva*

*Katiane Capelli*

*Luis Carlos Backes*

*Marlene Anessa Jost*

*Nádia Velleda Caldas*

*Pedro Gomes*

*Pedro Martins de Oliveira Júnior*

*Sidemar Presotto Nunes*

## **Digitação dos questionários**

*Ivalda dos Santos de Almeida*

*Tailana Almeida*

## **Colaboração**

*Amadeu Antônio Bonato - DESER*

*João Carlos Sampaio Torrens – DESER*

# **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

**Ministro**  
Guilherme Cassel

**Secretário-Executivo**  
Marcelo Cardona Rocha

**Assessor Especial de Controle Interno**  
Lauro César de Vasconcelos

**Consultor Jurídico**  
Carlos Henrique Kaipper

**Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**  
Cilair Rodrigues de Abreu

**Secretário de Agricultura Familiar**  
Valter Bianchini

**Secretário de Reordenamento Agrário**  
Eugênio Conolly Peixoto

**Secretário de Desenvolvimento Territorial**  
José Humberto Oliveira

**Presidente do INCRA**  
Rolf Hackbart

# ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO .....	1
2	O PROGRAMA BANCO DA TERRA E A DELIMITAÇÃO DA PESQUISA .....	2
2.1	O Programa Banco da Terra.....	2
2.2	Delimitação da Pesquisa .....	5
2.2.1	Objetivo Geral.....	5
2.2.2	Objetivos Específicos.....	5
2.2.3	Hipóteses.....	5
2.3	Procedimento Metodológico .....	6
2.3.1	Definição dos Municípios e Beneficiários .....	6
2.3.2	O Questionário da Pesquisa .....	8
2.3.3	Realização das Entrevistas e Aplicação de Questionários .....	9
3	A AGRICULTURA BRASILEIRA E O CONTEXTO DA INSERÇÃO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA.....	10
3.1	A Agricultura Brasileira na Economia.....	10
3.2	Agricultura Familiar e o Programa Banco da Terra.....	13
3.3	O Banco da Terra e os Municípios Pesquisados .....	15
4	SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BANCO DA TERRA.....	22
4.1	Pagamento das Parcelas do financiamento do Banco da Terra.....	23
4.2	Renda Agrícola.....	25
4.3	Rendas Não Agrícolas.....	29
4.4	Evolução do Acesso à Terra.....	33
4.5	Evolução dos indicadores de renda e patrimônio.....	35
4.6	Produção para Consumo Familiar (Autoconsumo).....	38
4.7	Acesso aos Bens de Consumo.....	39
5	FATORES QUE INTERFEREM NA CAPACIDADE DE PAGAMENTO.....	42
5.1	Perfil de Entrada e Patrimônio Inicial.....	42
5.2	Os Produtos Agrícolas e os Sistemas de Produção .....	44
5.3	Área de Terra Disponível .....	47
5.4	Assistência Técnica .....	48
5.5	Políticas Públicas .....	50
5.6	Relação com a Terra e Projeto Familiar.....	56
5.7	Condições climáticas.....	56
6	CAPACIDADE DE PAGAMENTO NO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO.....	58
6.1	Condições de pagamento no PNCF.....	58
6.2	Preço da Terra e projetos produtivos .....	59
6.3	Sugestões ao PNCF .....	60
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
8	BIBLIOGRAFIA.....	65



# 1 INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2000 e 2003, o programa Banco da Terra, na região Sul do Brasil, financiou a aquisição de terras para mais de 16 mil famílias (agricultores com pouca terra, agricultores sem terra e filhos de agricultores familiares). Nesse período, a procura pelo programa foi superior a sua capacidade de financiamento. Em 2003, o Banco da Terra foi substituído pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário.

A demanda pelo programa, por si só, poderia ser um indicativo de adequação da política de crédito fundiário no que se refere às condições de financiamento e de capacidade de pagamento. Entretanto, não é uma questão resolvida, já que permanece nas discussões de organismos governamentais e de organizações sociais do campo. Sendo assim, por um lado, é importante verificar se o programa de crédito fundiário oferece condições para que os beneficiários possam estruturar os estabelecimentos, garantir a manutenção familiar e quitar as parcelas do financiamento. Além disso, é relevante verificar quais os fatores que contribuem para o sucesso ou para o fracasso dessa política.

Foi no sentido de esclarecer essas questões que o Deser, através de solicitação da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), realizou uma pesquisa na região Sul do Brasil, cujos resultados estão expressos no presente relatório. Foram analisados 181 projetos do programa Banco da Terra entre os anos 2000 e 2001, localizados em seis municípios de regiões e contextos sócio-econômicos distintos entre si no Sul do Brasil. A partir deste estudo, serão feitas inferências ao atual Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), no que se refere à capacidade de pagamento dos projetos.

O relatório apresenta inicialmente as principais características do programa Banco da Terra e a delimitação da pesquisa. A análise da capacidade de pagamento do crédito fundiário será tratada em quatro momentos distintos. A primeira parte analisa o contexto sócio-econômico atual da agricultura brasileira e das áreas de inserção dos projetos estudados. A segunda parte faz uma análise econômica dos projetos financiados pelo programa Banco da Terra. A partir da análise econômica, na terceira parte são analisados os possíveis condicionantes da capacidade de pagamento. A quarta parte faz algumas inferências sobre a capacidade de pagamento do atual Programa Nacional de Crédito Fundiário, a partir da análise dos projetos do Banco da Terra, considerando as mudanças ocorridas no contexto sócio-econômico e as características dos dois programas. Por último, apresentam-se as considerações finais da pesquisa.

## 2 O PROGRAMA BANCO DA TERRA E A DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A primeira parte do relatório apresenta uma caracterização do programa Banco da Terra e do seu alcance no Brasil e na região Sul no período em que esteve em vigência. Em seguida, constam os objetivos, a delimitação da pesquisa e o procedimento metodológico adotado.

### 2.1 O Programa Banco da Terra

O programa Banco da Terra (BT) foi criado pela Lei Complementar nº 93, de 04/02/1998, tendo início em 1999<sup>1</sup>. O programa esteve em vigor até 2003, sendo então substituído pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O PNCF possui três linhas de atuação: Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), Nossa Primeira Terra (NPT) e Combate à Pobreza Rural (CPR). Alguns contratos foram financiados pelo Banco da Terra até 2003, por terem sido empenhados no período anterior à substituição pelo PNCF.

No que se refere à sua concepção, o programa Banco da Terra não poderia ocupar o espaço da reforma agrária, e sim complementá-lo, viabilizando a aquisição de terra por agricultores familiares sem terra ou com pouca terra. As terras a serem financiadas não poderiam estar sujeitas à desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O objetivo era financiar a aquisição de terra e a execução de obras de infra-estrutura básica no valor de até R\$ 40 mil, a serem pagos no prazo de vinte anos. Até 2003, o Banco da Terra financiou 17.886 projetos, contemplou 34,5 mil famílias e foi responsável pela liberação de cerca de R\$ 731 milhões em todo Brasil. Aproximadamente 54% dos recursos do programa foram aplicados na região Sul, que atendeu 48% dos beneficiários.

*Tabela 1 – Operações do Banco da Terra entre 2000 e 2004 - Brasil e Regiões*

Região	Valor Contratado (R\$)	Nº de Contratos	Nº de Famílias	Área Adquirida (ha)	Área Média por Família (ha)
<b>Brasil</b>	<b>731.996.451</b>	<b>17.886</b>	<b>34.512</b>	<b>1.408.451</b>	<b>40,8</b>
Sul	400.670.157	16.245	16.790	365.524	21,8
Sudeste	138.930.700	414	5.618	192.664	34,3
Centro-Oeste	121.674.926	627	6.695	734.504	109,7
Nordeste	65.877.673	586	5.027	106.192	21,1
Norte	4.842.995	14	382	9.567	25,0

Fonte: Secretaria do Reordenamento Agrário, 2005.

<sup>1</sup> Na região Sul, apenas um projeto foi contratado no ano de 1999.

Conforme mostra a Tabela 1, foi adquirido 1,4 milhão de hectares pelos beneficiários do programa no período de 2000 a 2003, sendo 365 mil hectares na região Sul. A área média das famílias beneficiárias ficou em 40,8 hectares. As menores áreas concentram-se nas regiões Sul e Nordeste (em torno de 21 hectares) e as maiores no Centro-Oeste (em torno de 109 hectares).

Para ter acesso ao financiamento do programa, a princípio, o agricultor deveria preencher o documento denominado Carta Consulta e enviá-lo ao Conselho Municipal de Agricultura ou ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Sendo aprovada a Carta Consulta, que era um projeto de financiamento, elaborado por um profissional cadastrado no programa (geralmente um técnico da extensão rural pública) deveria ser encaminhado à agência estadual do Banco da Terra. Os candidatos ao financiamento se responsabilizariam pela escolha da área a ser adquirida e pela negociação do preço.

A gestão do Banco da Terra era executada por meio do Conselho Curador, principal instância do programa, formado por sete Ministros de Estado, pelos Presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e por dois representantes dos potenciais beneficiários. A operacionalização do programa ocorria através de agências do Banco da Terra, organizadas pelos governos estaduais, ou através de associações de municípios. A constituição dessas instâncias e dos núcleos municipais era atribuída aos respectivos órgãos governamentais. A gestão financeira era de responsabilidade do BNDES.

Poderiam ser beneficiários do programa os trabalhadores rurais não proprietários (que possuíssem no mínimo cinco anos de experiência na atividade rural) e pequenos proprietários, com área inferior ao módulo fiscal (a dimensão da propriedade familiar, conforme definida no Estatuto da Terra). Os proponentes não poderiam ter restrições cadastrais junto ao agente financeiro.

De acordo com as normas do programa, eram *beneficiários do BANCO DA TERRA trabalhadores rurais não proprietários, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, que comprovem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade rural, incluindo a agrosilvicultura, turismo e artesanato rural. Também têm acesso ao financiamento agricultores proprietários de imóveis rurais com área inferior ao módulo fiscal do município, cuja exploração das atividades produtivas seja, comprovadamente, insuficiente para gerar renda capaz de lhes propiciar o sustento e de suas famílias*<sup>2</sup>.

Os candidatos que tivessem participado de alguma ocupação de terra, bem como os que já haviam sido contemplados por um projeto de assentamento rural, ficariam impedidos de participar do programa. Também não poderiam ter acesso aos recursos os funcionários públicos, e aqueles que dispusessem de uma renda familiar bruta anual superior a R\$ 15 mil. Após receber o financiamento, o beneficiário teria o prazo de até vinte anos para saldar sua dívida, incluídos três anos de carência, com juros de 6% a 10% ao ano. Os beneficiários que não atrasassem as prestações do Banco da Terra teriam direito a receber um desconto de 50% sobre o valor dos juros.

---

<sup>2</sup> Normas Operacionais do Banco da Terra, p. 1, s/d.

Apesar do limite de financiamento ser fixado em até R\$ 40 mil por beneficiário, em algumas regiões, em virtude do limite do volume de recursos disponíveis, houve a definição de sub-tetos, a fim de que os recursos pudessem chegar a um maior número de beneficiários, conforme ocorreu em Tenente Portela (RS) e Santo Antônio da Platina (PR), por exemplo. Ao mesmo tempo, o preço da terra para quase todas as regiões se elevava, fazendo com que a quantidade de área adquirida por beneficiário se tornasse menor.

No que se refere às propriedades financiáveis através do Banco da Terra, Camargo (2003) verificou que em Santa Catarina quase todos os estabelecimentos financiados possuíam uma área pequena e que na maioria dos casos o proprietário possuía apenas um imóvel. Diferentemente de Santa Catarina, no estado do Paraná houve aquisição de grandes áreas de terra, consideradas produtivas de acordo com os critérios do INCRA, como é o caso de Santo Antônio da Platina (PR), conforme será mostrado no decorrer deste estudo.

A Tabela 2, a seguir, apresenta o número e o valor total dos contratos em cada estado da região Sul no período de 2000 a 2003. Verifica-se que o Rio Grande do Sul concentrou 61,8% do total dos contratos e 51,8% do valor contratado nesse período. O desempenho verificado no Rio Grande do Sul deveu-se em grande parte, à estrutura criada pelas associações de municípios para operacionalizar o programa.

*Tabela 2 – Região Sul: contratos do Banco da Terra de 2000 a 2003 (R\$ milhões)*

UF	2000		2001		2002		2003		2000-2003	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
PR	155	7,3	733	27,9	510	17,7	330	10,4	1.728	63,3
SC	763	20,6	1.991	58,6	1.326	38,4	441	13,5	4.522	131,2
RS	768	14,7	4.270	88,7	3.375	70,5	1.723	35,9	10.136	209,7
<b>Sul</b>	<b>1.686</b>	<b>42,6</b>	<b>6.994</b>	<b>175,2</b>	<b>5.211</b>	<b>126,6</b>	<b>2.494</b>	<b>59,8</b>	<b>16.386</b>	<b>404,2</b>

Fonte: Banco de dados da Secretaria do Reordenamento Agrário, 2004.

Além da terra, o programa financiou a execução da infra-estrutura básica<sup>3</sup> dos estabelecimentos. Na região Sul, em torno de 23% das famílias receberam esse apoio, principalmente aquelas que adquiriram áreas coletivas, conforme pode ser observado na Tabela 3.

<sup>3</sup> Construção ou reforma de residência, disponibilização de água para consumo humano e animal, rede interna de eletrificação, abertura, recuperação ou construção de vias de acessos internos e construção ou reforma de cercas.

*Tabela 3 – Região Sul: apoio à infra-estrutura básica dos estabelecimentos - 2000 a 2003*

<b>Itens</b>	<b>Valores</b>
Área total das famílias atendidas (ha)	53.275,6
Número de famílias atendidas	3.715
Área média por família atendida (ha)	14,34
Número de contratos	1.951
Valor total do apoio à infra-estrutura básica (milhões R\$)	18,59

Fonte: Banco de dados da Secretaria do Reordenamento Agrário (2004).

No total, foram realizados 1.951 contratos de apoio à infra-estrutura dos estabelecimentos, num montante de mais de R\$ 18,5 milhões, beneficiando 3.715 famílias da região Sul. O programa previa também o acesso ao financiamento do Pronaf A, linha destinada a investimentos produtivos para beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário. Nessa linha do Pronaf, os descontos ficam em torno de 40% para os beneficiários que pagam as prestações até a data do vencimento.

## **2.2 Delimitação da Pesquisa**

### **2.2.1 Objetivo Geral**

Analisar, para a região Sul do Brasil, a capacidade de pagamento dos financiamentos obtidos através do programa Banco da Terra.

### **2.2.2 Objetivos Específicos**

- a) Analisar a capacidade de pagamento dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, com base nas referências obtidas no programa Banco da Terra.
- b) Identificar ações que venham a contribuir para a geração de renda e aumento da capacidade de pagamento dos financiamentos adquiridos pelos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, com base nas referências obtidas no programa Banco da Terra.

### **2.2.3 Hipóteses**

- a) A infra-estrutura inicial dos beneficiários do Banco da Terra, antes do acesso ao programa, determina a diferença nos resultados econômicos atuais.
- b) Há diferença nos resultados econômicos relativos aos beneficiários que eram produtores, e aqueles que eram trabalhadores rurais antes do acesso ao Banco da Terra.

- c) A localização dos estabelecimentos em relação ao mercado influencia os sistemas de produção e a capacidade de pagamento do crédito fundiário.

## **2.3 Procedimento Metodológico**

### **2.3.1 Definição dos Municípios e Beneficiários**

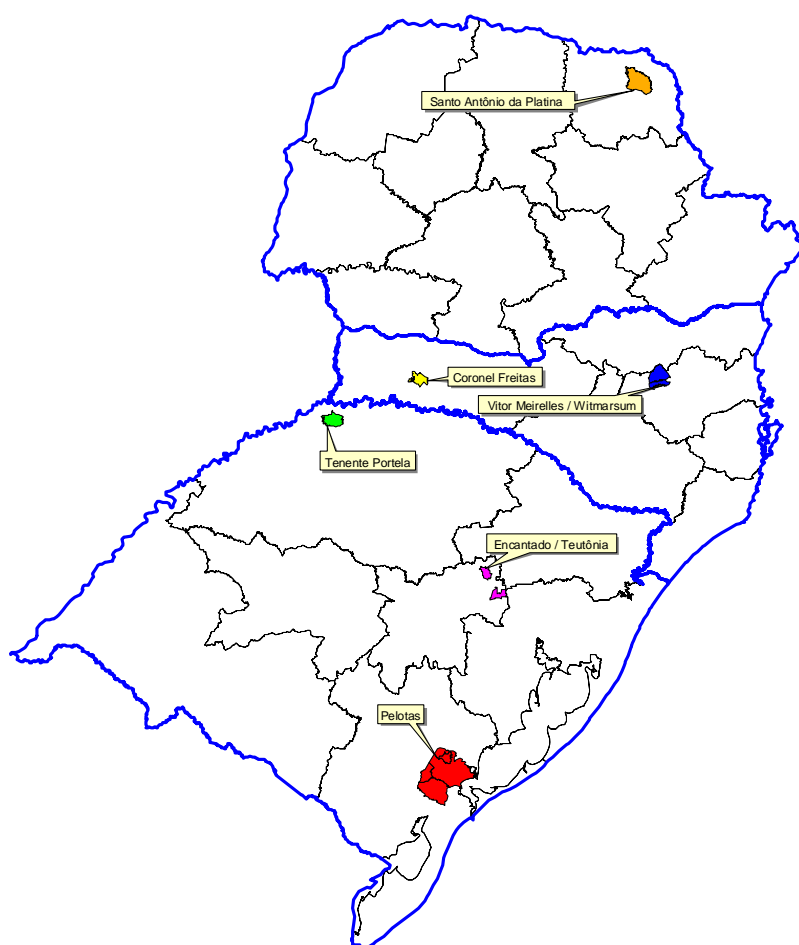
O primeiro procedimento adotado foi a seleção dos municípios para a realização da pesquisa. Para tanto, foram definidos alguns critérios com objetivo de contemplar as situações e os contextos sócio-econômicos diversos :

- a) municípios de diferentes locais da região Sul;
- b) proximidade dos municípios em relação ao mercado;
- c) tipo de agricultura e produtos predominantes;
- d) concentração do número de contratos realizados com o Banco da Terra nos municípios e nos estados no período em que o programa esteve em vigência. Para os municípios, considerou-se também o número de contratos firmados em 2000 e 2001, já que os projetos mais antigos poderiam oferecer melhores condições de avaliação do desempenho em relação aos projetos mais recentes.

A partir dos critérios apresentados, visando também compatibilizar com o volume de recursos disponível para a realização da pesquisa, seis municípios foram selecionados: Pelotas, Tenente Portela (RS) e Encantado, no Rio Grande do Sul; Coronel Freitas e Vitor Meirelles (SC), em Santa Catarina; e Santo Antônio da Platina, no Paraná, cuja localização pode ser observada no Mapa 1.

Ainda no que se refere à seleção dos municípios, cabe ressaltar que alguns ajustes foram necessários. Um problema encontrado durante a realização da pesquisa foi o fato de que parte dos beneficiários selecionados constava como pertencente a um município em que não residia, pois em seu cadastro considerava-se o município da agência bancária. Desta forma, também foram realizadas entrevistas nos municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão e Morro Redondo (municípios próximos a Pelotas), e em Teutônia (próximo a Encantado) e Witmarsum (próximo a Vitor Meirelles (SC)). A escolha de Teutônia e Witmarsum se deu também pelo fato de o sistema produtivo predominante entre os agricultores familiares (leite) diferir do sistema produtivo do município de origem (fumo). Cabe destacar que, para facilitar a análise e a compreensão dos resultados, os dados dos municípios vizinhos foram incorporados aos municípios de referência na apresentação do relatório.

## Mapa 1 – Localização dos Municípios Pesquisados



Para escolha dos beneficiários a serem entrevistados, optou-se por dividir igualmente os 181 projetos a serem analisados entre os seis municípios, resultando, portanto, em 30 para cada um deles. Em seguida, para cada município pesquisado, foram selecionados beneficiários que tiveram seus financiamentos liberados entre 2000 e 2001, conforme informações do cadastro da Secretaria de Reordenamento Agrário. Apesar da utilização do critério “beneficiários mais antigos”, financiamentos liberados entre 2000 e 2001, verificou-se que, naquela época, uma parte dos beneficiários já residia na propriedade que adquiriam enquanto que outra não. Isso significa que, para os últimos, nem sempre os projetos produtivos estavam plenamente implantados, já que o ano de liberação do financiamento não necessariamente corresponde ao início da atividade agrícola. Cabe ressaltar, também, que entre a liberação do financiamento e a mudança de residência do beneficiário para a propriedade agrícola adquirida pode haver algum tempo, devido a motivos diversos. Foram verificados, também, casos de transferência de beneficiários dos quais os técnicos e lideranças locais não haviam sido informados. Em virtude disso, deve-se considerar o critério cuidadosamente.

### 2.3.2 O Questionário da Pesquisa

O trabalho de campo envolveu a aplicação de um questionário, composto de um conjunto de questões que possibilitassem a geração de indicadores de análise:

- a) identificação do beneficiário: dados do entrevistado;
- b) disponibilidade de terra: dados da área do estabelecimento e da condição do entrevistado (antes e depois da entrada no programa Banco da Terra);
- c) Banco da Terra e outros programas: aspectos relacionados aos financiamentos e pagamentos, avaliação do programa, experiência na agricultura, rendas não-agrícolas e infra-estrutura anteriores ao programa;
- d) composição familiar: dados dos membros da família (idade, escolaridade, tempo de trabalho diário no estabelecimento);
- e) relações sócio-econômicas: participação em organizações sócio-econômicas locais;
- f) produção agrícola: Valor Bruto de Produção e produção para autoconsumo familiar no último ano-safra;
- g) custos de produção: custos variáveis, custos fixos, impostos e taxas e custos financeiros relativos ao último ano-safra;
- h) composição dos rebanhos (anterior e atual);
- i) outras rendas: rendas não-agrícolas, parcialmente agrícolas ou ajuda recebida pela família no último ano;
- j) manutenção familiar: itens de despesa de manutenção da família (alimentação, vestuário, saúde, transporte, etc);
- k) assistência técnica: verificar se o estabelecimento recebeu ou não algum tipo de assistência técnica no último ano agrícola e em que ajudou;
- l) racionalidade econômica/ resultados econômicos: investimentos realizados após a aquisição da terra através do Banco da Terra; existência de algum tipo de poupança e dívidas existentes além das parcelas de financiamento da terra;
- m) infra-estrutura dos estabelecimentos: esse bloco buscou identificar a existência de infra-estrutura básica nos estabelecimentos pesquisados (tipo de instalações, bens de consumo existentes, etc).

É importante destacar que, antes de se iniciar a aplicação dos questionários nos municípios selecionados, realizou-se um pré-teste no município de Mafra (SC), com o objetivo de verificar a adequação das questões aos objetivos da pesquisa.

### 2.3.3 Realização das Entrevistas e Aplicação dos Questionários

Dois instrumentos foram utilizados na etapa da pesquisa de campo: entrevistas com “atores locais” (sem a utilização de questionário) e aplicação de questionários com os beneficiários do programa. As entrevistas foram realizadas com pessoas ligadas às entidades e às instituições locais dos municípios pesquisados (Emater, Epagri, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos da Agricultura Familiar, Secretarias Municipais de Agricultura, Banco do Brasil e lideranças comunitárias), que estiveram direta ou indiretamente envolvidas na execução do programa Banco da Terra. Buscou-se, por meio das entrevistas, informações diversas sobre o programa no município, indicações sobre a situação sócio-econômica das famílias beneficiárias do Banco da Terra e caracterização da agricultura e da economia municipal e regional. Os dados coletados auxiliaram no planejamento da aplicação do questionário e proporcionaram as ferramentas para a análise das informações constantes no presente relatório de pesquisa.

Os questionários foram aplicados entre maio e junho de 2005, por um conjunto de pesquisadores ligados a Sindicatos de Trabalhadores Rurais e universidades, que mantêm relação de parceria com o Deser e que possuem conhecimento da realidade sócio-econômica dos municípios selecionados. Foi solicitada aos pesquisadores a elaboração de um relatório de pesquisa de campo, em que constassem informações sobre o processo de pesquisa e observações gerais do trabalho realizado, com o objetivo de contribuir para a análise dos dados e para a elaboração do relatório final. No total, foram entrevistados 181 beneficiários do programa Banco da Terra, conforme especificado no Quadro 1.

*Quadro 1 – Municípios Selecionados e Número de Questionários Aplicados*

<b>Município de Referência</b>	<b>Municípios Pesquisados</b>	<b>Nº Entrevistas</b>
Pelotas - RS	Pelotas	17
	Arroio do Padre	5
	Capão do Leão	4
	Morro Redondo	4
Tenente Portela - RS	Tenente Portela	30
Encantado/Teutônia - RS	Encantado	12
	Teutônia	20
Vitor Meirelles/Witmarsum - SC	Vitor Meirelles	14
	Witmarsum	15
Coronel Freitas - SC	Coronel Freitas	30
Santo Antônio da Platina - PR	Santo Antônio da Platina	30
<b>Total</b>		<b>181</b>

Para a análise dos dados, utilizou-se o programa estatístico SPSS. Ao calcular as médias, desconsideraram-se os dados extremos para que não houvesse distorção da análise.

### **3 A AGRICULTURA BRASILEIRA E O CONTEXTO DA INSERÇÃO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA**

A parte do relatório que se segue abordará, inicialmente, as mudanças ocorridas na agricultura brasileira em relação à sua inserção na economia nacional e internacional, às mudanças na base técnica e tecnológica, bem como em relação às alterações demográficas e de trabalhos decorrentes do processo de industrialização. Em seguida, são mencionadas as implicações dessas mudanças no atual estágio da economia para a agricultura familiar e para os beneficiários do programa Banco da Terra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário. É apresentada ainda uma caracterização das áreas de inserção dos projetos estudados.

#### **3.1 A Agricultura Brasileira na Economia**

A história indica que, em virtude da divisão do trabalho, a agricultura tende a perder ao longo dos anos sua participação na composição do Produto Interno Bruto (PIB). Isso porque a separação/especialização das etapas do trabalho permite que se produzam em maiores quantidades novas mercadorias e serviços. Na agricultura, uma parte do trabalho que era realizado pelos agricultores passa a ser executado em outros setores da economia (indústria ou serviços). As conseqüências desse processo são diversas, no que se refere à concentração dos meios de produção e renda e em relação ao nível de emprego.

A separação das etapas do trabalho pode ocorrer de diversas formas. Normalmente isso ocorre devido ao aumento da produtividade do trabalho. Na agricultura, as máquinas, os insumos e as novas técnicas de produção elevam a produtividade do trabalho, permitindo que um número cada vez menor de pessoas produzam a mesma (ou maior) quantidade de mercadoria, como acontece no caso da suinocultura. Nos últimos anos, embora a produção tenha se elevado, houve redução no número de produtores de suínos, o que não significa que em outros setores do “agronegócio da suinocultura” o número de empregos não tenha se mantido (ou aumentado). Na agricultura, no entanto, pode-se verificar que este diminuiu, mesmo em um sistema em que predomina a produção familiar.

A maioria dos países economicamente desenvolvidos apresentou (e continua apresentando) uma redução da população ocupada na agricultura, mesmo contando com políticas estatais de apoio ao setor. Predomina, nesses países, uma agricultura tecnificada, intensiva em capital e que utiliza pouco trabalho. Nos países da União Européia, apesar da considerável população rural, a maior parte não se ocupa da agricultura. De fato, essa população, na maioria das vezes utiliza os estabelecimentos rurais para desenvolver outros tipos de atividades econômicas ou apenas como local de residência.

Entretanto, o desenvolvimento da agricultura em escala nacional não se dá em apenas uma direção. Alguns produtos agrícolas podem ganhar e outros perder espaço, tanto em volume de produção quanto em geração de trabalho. Isso ocorre principalmente com o commodities, cujos preços dependem do mercado internacional. Este fato faz com que a produção seja realizada

quase sempre onde os custos são menores (reflexo da produtividade, da remuneração do trabalho e das condições naturais de solo e clima).

No Brasil, por exemplo, a renda e o número de quebradeiras de côco de babaçu, no Maranhão, vem decrescendo. Isso se deve, principalmente, à concorrência dos óleos de palma e palmiste produzidos em grandes extensões de área e com alta utilização de máquinas na Ásia, alcançando maior produtividade do trabalho e gerando preços mais baixos.

No caso da fumicultura, o número de produtores vem aumentando a cada ano. O fumo é produzido em pequenas áreas, utiliza em grande parte o trabalho familiar e beneficia-se da conjuntura de mercado. O Brasil possui custos de produção inferiores a outros países produtores de fumo (Estados Unidos, por exemplo). A produtividade do trabalho (em termos de utilização de máquinas) na atividade não se elevou tanto, a ponto de viabilizar grandes cultivos e empregar grandes volumes de capital e trabalho assalariado.

Diferentemente da fumicultura, a cotonicultura (produção de algodão) está se beneficiando da conjuntura internacional e ganhando relevância nacional em termos de volumes de produção, após um período de declínio devido ao mercado e às políticas de subvenção externas. Atualmente, a geração de trabalho agrícola na produção de algodão é menos relevante, uma vez que há o predomínio de grandes produções que utilizam máquinas no processo de colheita, etapa produtiva que até pouco tempo exigia grande concentração de trabalho. Ambos os casos, embora diferentes entre si em termos do nível de utilização do trabalho agrícola, ilustram o processo que vem ocorrendo também em outras cadeias produtivas.

É importante salientar que a agricultura não está isolada de outros setores da economia. O aumento da oferta de alimentos, por exemplo, normalmente promove a redução dos preços dos produtos. A queda na renda dos trabalhadores urbanos gera reflexos na agricultura, podendo, inclusive, promover uma espécie de “êxodo urbano”, como tem ocorrido com trabalhadores das indústrias das regiões de Blumenau e Joinville que regressam para seus locais de origem (interior do Paraná e de Santa Catarina). Esses reflexos devem-se às mudanças da economia nacional e internacional.

A agricultura brasileira possui um importante papel na geração de divisas. Tem-se alcançado o equilíbrio e saldos positivos na balança comercial, em grande parte, devido às exportações de soja, fumo, carnes e demais produtos agrícolas. Cabe ressaltar que as exportações brasileiras estiveram sempre ancoradas nos produtos agrícolas ou extrativos (pau-brasil, ouro, cana-de-açúcar, etc.), normalmente com valor agregado inferior aos produtos importados. Dentre os produtos agrícolas e florestais predominantemente exportados pelo Brasil estão a pimenta-do-reino (90%), o fumo (85%), o açúcar (60%), e a madeira<sup>4</sup> (64%).

Além da importância no mercado externo brasileiro, a agricultura também é relevante para o mercado interno. Do total da soja produzida no país<sup>5</sup>, mais de 50% é consumida no mercado

---

4 Algumas lideranças de organizações sociais do campo e funcionários de órgãos públicos comentam que o consumo nacional de madeira não é adequadamente quantificado pelas indústrias, o que modificaria essa proporção.

5 Embora uma parte dessa soja possa ser exportada na forma de carnes de aves e suínos.

interno. Também são consumidos 76% da carne suína, 80% da carne bovina, 76% da carne de aves e praticamente todo o leite produzido. Até mesmo as empresas transnacionais, que adquiriram várias e grandes agroindústrias nacionais, não podem desconsiderar o mercado interno brasileiro, ao contrário do que parece estar ocorrendo no caso da Argentina, onde essas empresas priorizam o mercado externo.

A soja é o produto que mais ocupa área agrícola no Brasil (21,5 milhões de hectares). O avanço do cultivo tem ocorrido em novas fronteiras agrícolas (Pará, Maranhão, Piauí e Mato Grosso), em substituição a outras culturas, principalmente pastagens nativas. Ao contrário do Sul do Brasil, no Centro-Oeste o cultivo da soja teve início quando as tecnologias poupadoras de trabalho já estavam bem mais desenvolvidas. Esse aspecto, dentre outros, fez com que se tornasse praticamente inviável o cultivo em pequenas áreas, resultando, já no início, em propriedades com médias e grandes extensões de área. Várias empresas e cooperativas (a exemplo do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul) encamparam projetos de colonização no Mato Grosso durante os anos 80. Nas regiões produtoras de soja do Sul do Brasil, verifica-se um processo de concentração da propriedade fundiária, mesmo entre os familiares (até porque a soja possui necessidades de áreas mais extensas). Em regiões onde predominam outros sistemas produtivos é provável que esteja ocorrendo um processo contrário, isto é, uma fragmentação da propriedade da terra.

Com base em informações da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, verifica-se que a área agrícola brasileira apresentou um aumento de 33,7% no período de 1975 a 2005. Ao mesmo tempo em que houve redução da área destinada aos produtos agrícolas típicos de mercado interno (arroz, batata, mandioca), verificou-se uma considerável ampliação de área de produtos de mercado externo (soja, cana-de-açúcar, laranja). É provável que desse processo tenham resultado mudanças na dieta alimentar dos brasileiros, na economia local e impactos no meio ambiente<sup>6</sup>. Nas áreas de expansão da fronteira agrícola e de concentração fundiária mais intensa, uma série de conflitos agrários tem ocorrido devido à luta pela propriedade e uso da terra, além da valorização fundiária, resultando até mesmo em assassinatos de agricultores e trabalhadores rurais.

O Censo Agropecuário 1995/96 indicou uma redução bastante forte no número de estabelecimentos agrícolas (em torno de 90 mil ao ano) em relação ao Censo Agropecuário de 1985. As transformações da agricultura brasileira nos últimos dez anos indicam um processo semelhante ao ocorrido no decênio anterior (1985/1995), provavelmente em uma velocidade menor em decorrência de políticas públicas de transferência de renda, previdenciárias, agrícolas, etc.

A agricultura familiar não passa isenta diante dessas transformações. O estudo realizado pela FAO/INCRA (2000), com base no Censo Agropecuário 1995/96, demonstrou que, enquanto uma parte dos agricultores familiares está altamente integrada ao mercado (possuem alta produção e produtividade), outra parte se encontra pouco integrada (produz pouco para comercializar, provavelmente dependendo de rendas não-agrícolas, como aposentadorias, por exemplo). Com

---

<sup>6</sup> A redução da vegetação natural e a especialização em torno de apenas alguns produtos agrícolas em extensas áreas (na soja ou cana-de-açúcar, por exemplo, em alguns municípios é o cultivo que predomina na paisagem) têm promovido, dentre outras coisas, a redução e extinção de espécies da fauna e flora, a redução da quantidade e qualidade da água, o surgimento de novas doenças nos cultivos, etc.

base nesse contexto, as organizações dos agricultores familiares (DNTR/CUT e Contag) reivindicaram um programa de crédito, que se consolidou no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

No início dos anos 90, período que precedeu a criação do Pronaf, a agricultura brasileira passou por um processo que incrementou a abertura comercial, colocando os produtos brasileiros sob a concorrência do mercado internacional. Ao mesmo tempo em que o crédito rural se tornava escasso, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) foi desativada e a inflação voltava a crescer<sup>7</sup>. Os agricultores familiares tinham pouco acesso ao crédito em virtude de sua escassez. Alguns governos estaduais desenvolveram programas de financiamento com pagamento em equivalência-produto, mas, para a maioria dos que necessitavam de empréstimos para financiar a produção agrícola, restavam os financiamentos particulares em empresas cerealistas, cooperativas, etc. A inflação e os juros altos não eram estimulantes ao aumento da produção por parte dos agricultores familiares e a intensificação do processo de abertura comercial (principalmente ao Mercosul), corroía a renda agrícola.

O Fórum Sul dos Rurais da CUT realizou um seminário em Chapecó, no ano de 1993, com o lema “Crédito de investimento – uma luta que vale milhões de vidas”. O seminário indicou que o crédito seria a bandeira central do movimento sindical naquele momento, que poderia desencadear a conquista de outras políticas, como por exemplo, assistência técnica, crédito fundiário, pesquisa, educação e formação profissional, infra-estrutura e habitação. De acordo com as resoluções do seminário, a proposta de crédito de investimento subsidiado para os agricultores tinha como objetivos: “recuperar e implementar a infra-estrutura necessária aos pequenos estabelecimentos rurais, redefinindo os seus sistemas de produção e capacitando-os para competirem com os produtores dos países do Mercosul; adequar o nível tecnológico utilizado, possibilitando a redução dos custos de produção e o aumento da qualidade e da produtividade agrícola; aumentar a produção de alimentos de forma a garantir a segurança alimentar do país; permitir o desenvolvimento de uma agricultura ecologicamente sustentável na conservação dos solos, águas e demais recursos naturais; e “fixar” os agricultores familiares no campo, evitando o êxodo rural<sup>8</sup>”.

### **3.2 Agricultura Familiar e o Programa Banco da Terra**

O problema fundiário no Brasil é um tema bastante conhecido, cuja natureza e profundidade não serão discutidos nesse momento. Entretanto, cabe ressaltar que o país apresenta uma das maiores concentrações fundiárias do mundo, a qual tem sua origem na era colonial. De uma maneira geral, e de diversas formas, os trabalhadores rurais foram, ao longo dos tempos, privados de ter acesso a terra, seja através de mecanismos legais (Lei de Terras, trabalho escravo), seja através de mecanismos econômicos (renda, preço da terra).

---

<sup>7</sup> Cenário diferente do período que foi até início dos anos 80, quando o Estado Nacional desenvolveu sua política de modernização agrícola, baseada em crédito abundante e em investimentos em pesquisa e assistência técnica.

<sup>8</sup> Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – DESER. Cartilha do Pronaf. Curitiba, 2000.

Atualmente, a reforma agrária é um tema que divide opiniões no que se refere a sua importância em relação ao desenvolvimento sócio-econômico brasileiro. Cabe destacar que, embora a agricultura venha perdendo importância se comparada aos demais setores da economia, a terra ocupa um espaço que não é somente de produção agrícola, já que nela se sustenta inumerável fonte de recursos de interesse da sociedade como um todo (água, energia, biodiversidade, etc). Sendo assim, a reforma agrária ocupa uma dimensão mais ampla que a simples redistribuição de terras.

No Sul do Brasil, diferentemente das demais regiões brasileiras, o acesso a terra foi facilitado aos imigrantes europeus de finais do século XIX e início do século XX, mediante um processo de colonização (cessão de lotes de terra pelo Estado). Entretanto, a partir de meados do século passado, quando a terra se tornou um bem escasso na região Sul, o acesso passou a se dar, quase que unicamente, mediante a compra e os preços começaram a se elevar. Nesse período, uma parte dos colonos sulistas, que ocuparam grande parte da região, migrou e ocupou o centro-oeste brasileiro (Martins, 1981).

A agricultura difere de outros setores da economia por depender mais da terra, já que utiliza extensões maiores desse bem e o seu valor é, normalmente, superior em relação ao capital (variável e fixo) encontrado em outras atividades econômicas<sup>9</sup>. Mesmo que algumas atividades não necessitem de uma área tão extensa, em virtude de serem intensivas em capital ou trabalho, a área disponível é uma variável importante.

Em um sistema de propriedade privada, a terra pode ser obtida, predominantemente, através da compra ou da herança<sup>10</sup>. A aquisição da terra imobiliza uma quantidade considerável de capital, consistindo em uma dificuldade para quem depende dela para trabalhar<sup>11</sup>. Para os que não possuem terra, torna-se difícil o acesso através dos mecanismos normais de mercado, porque isso significaria, em uma região em que o preço da terra é elevado (como na região Sul, por exemplo), uma poupança de muitos anos. Para quem tem a propriedade de uma pequena área herdada, torna-se algo mais alcançável, possibilitando, inclusive, a aquisição de outras áreas. Nesse caso, haverá um local de residência, algum patrimônio, produção para consumo, mercado, etc. Tudo indica que a permanência de agricultores familiares se dê a partir da herança, pela aquisição de terra mediada por políticas públicas ou através de um processo eficiente de reforma agrária. Aos pequenos agricultores e aos trabalhadores rurais, a aquisição através dos mecanismos normais de mercado (compra e venda não mediadas por políticas) torna-se cada vez menos importante, em virtude dos preços elevados.

Apesar das particularidades no sistema capitalista, a terra passa a fazer parte do círculo de mercadorias em geral. O preço é definido pela sua disponibilidade e pela expectativa de renda decorrente de sua propriedade (agrícola e não agrícola). A localização em relação aos mercados e a qualidade do solo para determinados produtos são fatores que ajudam a explicar o diferencial de renda. Esse processo faz com que a expectativa de renda eleve o preço da terra e promova a

---

<sup>9</sup> Além da terra, o clima é também um dos principais diferenciais da agricultura em relação aos demais setores da economia.

<sup>10</sup> A reforma agrária, a concessão de uso, a posse e as reservas extrativistas incluem-se entre as formas de obtenção.

<sup>11</sup> Somente através da venda o proprietário pode obter vantagens com o preço elevado, mas, quando a terra é um meio de trabalho, e os agricultores reproduzem-se enquanto tal, a valorização fundiária é muito mais um empecilho.

pressão sobre áreas menos nobres (que possuem preços inferiores). Em uma condição normal, em que a expectativa de renda dada pela posse da terra se mantém estável, o preço<sup>12</sup> é calculado levando-se em consideração o número de anos necessários para reaver o capital imobilizado através da sua compra.

Considerando sua importância para a agricultura, a aquisição de terra significa uma alta imobilização de capital e justifica a parceria de indústrias com os agricultores que têm a propriedade da terra, um certo capital para investir ou o acesso a políticas de financiamento subsidiadas (juros baixos, rebates sobre o empréstimo, etc). Um percentual considerável dos beneficiários do programa Banco da Terra realizam atividades econômicas em parceria com agroindústrias fumageiras e de carnes (aves e suínos). Na atividade leiteira, o sistema de parceria também vem ganhando espaço.

No Sul do Brasil, o programa Banco da Terra esteve em vigência durante um período em que o preço da terra estava abaixo dos praticados atualmente. Para todas as regiões pesquisadas, esse preço praticamente triplicou a partir dos anos de 2000 e 2001, devido às boas safras agrícolas dos anos posteriores. A produção e os preços da soja foram os principais motivos para a elevação do preço da terra, mesmo em regiões em que não há produção de soja, sua influência recai sobre várias áreas. A soja passou a ser cultivada em novas áreas, até mesmo onde as condições de solo não eram muito adequadas para a cultura. De uma certa forma, isso aqueceu o mercado de terras, substituindo e deslocando o cultivo de outros produtos agrícolas. Outros fatores também contribuíram para a elevação do preço da terra, como o aumento da área e do número de produtores de fumo, a aquisição de áreas por parte de empresas para reflorestamento com pinus ou eucalipto<sup>13</sup> e o programa Banco da Terra, que permitiu a transferência de um considerável número de propriedades.

Mesmo na época de vigência do programa, quando o preço da terra era inferior ao atual, as áreas adquiridas, de uma forma geral, foram pequenas, abaixo do módulo fiscal regional. Para garantir a manutenção familiar, a melhoria da estrutura produtiva e o pagamento das prestações, fazia-se necessário trabalhar com atividades econômicas que garantissem um alto valor agregado por unidade de área, ou ter rendas não-agrícolas complementares. Por esse motivo, a produção de fumo é predominante em grande parte dos estabelecimentos pesquisados no Sul do Brasil. Outro aspecto capaz de interferir no preço da terra é a existência de políticas públicas, sejam elas destinadas à produção ou de transferência de renda.

### **3.3 O Banco da Terra e os Municípios Pesquisados**

Dentre os municípios pesquisados, Pelotas (RS) é o que apresenta a maior população (323 mil habitantes) e o que possui a menor proporção de população rural em relação à população total (6,8%), conforme mostra o Quadro 2. Já os municípios de Vitor Meirelles e Witmarsum, localizados na região do Alto Vale do Itajaí de Santa Catarina, são predominantemente rurais (mais de 80% da população).

---

<sup>12</sup> Não é um cálculo sofisticado realizado através de planilhas, mas baseia-se na expectativa de renda agrícola, não agrícola e da valorização fundiária no momento da compra e venda. Sobre esse tema ver Reydon et al (2004).

<sup>13</sup> Em Pelotas, por exemplo, uma única empresa está adquirindo 300 mil hectares para o cultivo.

*Quadro 2 – População e Estabelecimentos Agropecuários dos Municípios Pesquisados*

Município	População			Nº Estabelecimentos			Área dos Estabelecimentos (ha)			
	Total	Rural	%	Total	Familiar	%	Total	Fam.	Média Total	Média Familiar
Capão do Leão	23.714	2.364	10,0	298	226	75,8	46.490	7.646	156,01	33,8
Coronel Freitas	10.452	6.036	57,7	1.275	1.253	98,3	21.560	20.683	16,91	16,5
Encantado	18.526	2.491	13,4	780	756	96,9	8.856	8.372	11,35	11,1
Morro Redondo	5.999	3.848	64,1	745	713	95,7	16.978	15.454	22,79	21,7
Pelotas	323.034	22.082	6,8	3.752	3.555	94,7	132.351	70.254	35,27	19,8
Sto. A. Platina	39.947	7.323	18,3	1.392	1.143	82,1	67.986	24.163	48,84	21,1
Tenente Portela	14.343	5.824	40,6	1.779	1.737	97,6	26.408	23.606	14,84	13,6
Teutônia	22.897	5.533	24,2	1.522	1.463	96,1	18.112	16.843	11,90	11,5
Vitor Meirelles	5.518	4.420	80,1	851	823	96,7	24.730	19.769	29,06	24,0
Witmarsum	3.250	2.638	81,2	606	598	98,7	12.782	12.484	21,09	20,9

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 e FAO/INCRA (2000), tabulações especiais do Censo Agropecuário (1995/96).

Obs. Não há dados disponíveis para o município de Arroio do Padre (RS), em virtude de ter sido criado recentemente.

De acordo com as tabulações da FAO/INCRA (2000), fica evidente o caráter familiar dos estabelecimentos pesquisados (em média, mais de 90%). Embora os estabelecimentos familiares sejam em maior número, eles ocupam, em média, uma menor área em relação à média total. Os estabelecimentos familiares dos municípios pesquisados possuem uma área média de 19,4 hectares, enquanto que para o total dos estabelecimentos a média é de 36,8 hectares, conforme mostra o Quadro 2. Observa-se que o município de Capão do Leão destaca-se dentre os demais

em relação à área média total dos estabelecimentos agropecuários (156 hectares) e familiares (33,8 hectares).

Na seqüência, apresenta-se uma caracterização dos municípios pesquisados no que se refere à economia, agricultura e aos beneficiários do programa Banco da Terra<sup>14</sup>.

### **Pelotas (RS)**

O município de Pelotas é o principal pólo comercial e industrial da região Sul do Rio Grande do Sul. Nos anos 70, o pêssego foi o principal produto agrícola cultivado, mas sua importância decresceu nos anos seguintes. O município possuía mais de quarenta médias e grandes agroindústrias de frutíferas, principalmente de pêssego. No entanto, várias delas já não estão mais em atividade.

Atualmente, os produtos mais importantes em termos de ocupação de área são: o milho (34,7%), o arroz (21,0%), a soja (9,9%), o pêssego (9,8%) e o fumo (8,5%). O arroz corresponde a 30,1% do total do Valor Bruto de Produção do município (favorecido pela topografia da região), seguido do fumo (21,1%), do pêssego (10,6%), do milho (9,5%) e da batata inglesa (9,3%).

A fumiicultura está se expandindo em Pelotas e no seu entorno, tanto em área de produção quanto em número de produtores. A soja, que ocupou 35 mil hectares em Pelotas em 1975 e perdeu importância nos anos seguintes, está novamente em expansão e vem promovendo a substituição das áreas de pastagens e de outros cultivos. Em 2003, ocupava em torno de 5 mil hectares.

Cada uma das áreas adquiridas através do programa Banco da Terra foi destinada a apenas um proprietário. Na maioria dos casos, os estabelecimentos já possuíam infra-estrutura (estradas, residência, energia elétrica, etc). Em Pelotas, o programa financiou 82 contratos entre os anos de 2000 e 2003.

### **Tenente Portela (RS)**

A agricultura é a base econômica do município de Tenente Portela. Atualmente, uma parte dos residentes do município trabalha em indústrias de municípios vizinhos, principalmente em Itapiranga (SC). Apesar da existência de pequenas indústrias moveleiras, que geram em torno de 200 empregos diretos, e dos empregos gerados nas indústrias em municípios vizinhos, nos últimos anos houve redução na população do município.

Os cereais são os principais produtos cultivados no município, pouco intensivos em trabalho devido à predominância de mecanização. De acordo com os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE, 2003), 60,1% da área agrícola de Tenente Portela é destinada ao cultivo

---

<sup>14</sup> As informações sobre o Valor Bruto da Produção (VBP) e a área ocupada foram obtidas da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, relativas a 2003.

soja, que equivale a 63,3% do Valor Bruto da Produção (VBP). O milho ocupa 19,3% da área agrícola e corresponde a 16,5% do VBP e o trigo, que ocupa 17,2% da área agrícola, corresponde a 9,6% do VBP. O município possui também 195 fumicultores, que ocupam uma área de 220 hectares com a produção do fumo.

De acordo com os dados da Produção Pecuária Municipal (PPM/IBGE, 2003), o município possui um rebanho bovino de 13.115 cabeças, sendo 5.187 destinadas à produção leiteira. O leite é uma atividade característica de pequenas propriedades e serve como fonte complementar de renda das famílias. Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura de Tenente Portela, a maioria dos produtores possui uma renda bruta mensal de R\$ 150,00 a R\$ 200,00 com essa atividade. A produção e o número de produtores de suínos e aves aumentou nos últimos anos em virtude da instalação de uma agroindústria na região. Dentre os beneficiários do programa, três projetos coletivos (de duas ou três famílias cada um) foram instalados para a produção de suínos.

Predominam no município estabelecimentos que possuem, em média, de 8 a 13 hectares. Pouco mais de 30% dos estabelecimentos familiares possuem áreas em declive e não mecanizáveis. Nesses estabelecimentos, a atividade leiteira é a mais importante. O preço da terra das áreas mecanizadas equivale atualmente a cerca de 300 sacas de soja por hectare, e em torno de 50 sacas de soja por hectare nas áreas de declive não mecanizáveis.

Uma parte dos beneficiários do Banco da Terra adquiriu a área em que residiam e pagavam arrendamento, havendo casos em que o financiamento serviu para terminar de pagar a área adquirida. Apenas sete ou oito áreas foram adquiridas por mais de um beneficiário, sendo estes normalmente membros de uma mesma família.

O programa Banco da Terra financiou 73 projetos entre 2000 e 2003. Os agricultores beneficiários do programa produzem leite, suínos, soja e fumo.

### **Encantado e Teutônia (RS)**

Os municípios estão localizados nas mesorregiões geográficas Vale do Caí e Vale dos Sinos, a pouco mais de 100 km de Porto Alegre. Os municípios dessa região são bastante industrializados, predominando as indústrias do setor têxtil, de higiene e limpeza e as agroindústrias (carne e leite).

Embora estejam na mesma mesorregião geográfica e possuam condições de relevo e edafoclimáticas semelhantes, os sistemas de produção de Encantado e Teutônia são distintos. Entre os agricultores familiares de Encantado predomina a fumicultura e em Teutônia, o leite.

Em Encantado, o milho é o produto que ocupa maior proporção de área (64,5% da área agrícola total), seguido da soja (10,7%), da mandioca (5,6%) e do fumo (4,3%). No que se refere ao VBP, o produto agrícola mais importante é o milho (34,7%), seguido da mandioca (20,8%), do fumo (15,9%), da cana-de-açúcar (6%) e da batata-doce (5,5%). O rebanho bovino do município é composto de 4.830 cabeças, sendo 1.080 destinadas à produção de leite.

Em Teutônia, o milho também é a cultura que ocupa a maior parte da área agrícola (69,4%), seguido da cana-de-açúcar (6,3%), da soja (6,1%), da laranja (3,4%) e da mandioca (3,1%). No que se refere ao VBP, o produto agrícola mais importante é o milho (47,9%), seguido da mandioca (14,2%), da cana-de-açúcar (9,0%), da laranja (8,1%) e da batata-doce (6,6%). O rebanho bovino do município é composto 15.500 cabeças, sendo 7.100 destinados à produção de leite.

O preço da terra na região varia de acordo com as condições de cultivo mecanizado. Na época da realização da pesquisa, o preço das áreas mais declivosas custavam em torno de R\$ 1,5 mil por hectare e as áreas planas, adaptadas ao cultivo da soja, chegavam a custar até R\$ 11 mil por hectare.

O Banco da Terra beneficiou 17 famílias em Encantado e 34 famílias em Teutônia. Em Encantado, quatro beneficiários transferiram para terceiros a terra adquirida através do programa. Em Encantado, há beneficiários que podem utilizar apenas uma pequena parte da área adquirida (de 2,5 a 4 hectares) para fins agrícolas, pois o restante deve destinar-se legalmente à reserva natural. Os beneficiários informaram não possuir essa informação no momento da compra.

### **Vitor Meireles e Witmarsum (SC)**

Os municípios estão localizados na mesorregião Alto Vale do Itajaí, caracterizada pelas indústrias dos setores madeireiro e têxtil. Os produtos agrícolas variam de acordo com os municípios, mas a fumicultura possui uma grande importância para as famílias locais. Em muitos municípios, o VBP agrícola depende em 90% dessa cultura. Em Witmarsum, a atividade leiteira é a mais importante, embora entre os beneficiários do programa Banco da Terra também predomine a fumicultura.

Em Vitor Meireles, o milho ocupa 44,6% da área agrícola, o fumo 43,9%, a mandioca 4,3% e o feijão 2,4%. Em relação ao VBP agrícola, 79,7% provêm do fumo, 11,8% do milho e 2,3% da cebola. Há no município 6.200 bovinos, sendo 1.900 destinados à produção de leite.

Em Witmarsum, 46,6% da área agrícola é ocupada com milho, 43,8% com fumo, 3,9% com mandioca e 1,43% com feijão. Em relação ao VBP, 78,4% provêm do fumo, 13,1% do milho e 2,1% da mandioca. Há no município 8.100 bovinos, sendo 2.700 destinados à produção de leite.

Em Vitor Meireles (SC), o Banco da Terra realizou 26 contratos e em Witmarsum 28. De acordo com o pesquisador local, quase todos os beneficiários do programa possuem condições econômicas para pagar as parcelas do financiamento do Banco da Terra. Embora a área média adquirida pelos beneficiários pesquisados tenha sido de 17,2 hectares, em Vitor Meireles, em virtude de muitas áreas serem declivosas e inaptas ao cultivo agrícola, as áreas efetivamente utilizadas ficam abaixo dessa média.

## **Coronel Freitas (SC)**

O município de Coronel Freitas está localizado na região Oeste de Santa Catarina, onde estão instaladas diversas agroindústrias de carnes. A economia do município e da região é baseada na agricultura, pecuária (suínos e aves) e nas agroindústrias. Um grande número de agricultores trabalha em sistema de parceria.

O milho ocupa 76,7% da área agrícola total do município, seguido do fumo (6,13%) e da soja (5,8%). Em termos de VBP, o milho é o produto agrícola mais importante (44,2%), seguido pelo fumo (41,8%) e pela soja (3,8%). Há no município 25.668 bovinos, sendo 5.133 destinados à produção de leite. Praticamente metade dos agricultores produz aves em sistema de integração com as agroindústrias.

O programa Banco da Terra beneficiou 34 famílias, sendo que cinco dedicam-se à produção de aves e sete à produção de suínos. Os investimentos necessários a essas atividades foram garantidos em parte pelo Pronaf “A” e, em parte, pelo apoio financeiro de familiares, ou pelo capital do beneficiário antes de entrar no programa.

O preço da terra no município está em torno de R\$ 4 mil por hectare. De acordo com técnicos da Epagri local, a atividade leiteira tem estimulado o aumento do preço da terra no município, mas também é forte a influência de outras atividades, como a soja e os bovinos de corte. Foram realizados 34 contratos do Banco da Terra em Coronel Freitas.

## **Santo Antônio da Platina (PR)**

Santo Antônio da Platina localiza-se na mesorregião Norte Pioneiro do Paraná. A agricultura é a atividade econômica mais importante do município, mas a atividade industrial (usinas de álcool e açúcar, têxtil, automotivos, alimentos) encontra-se em expansão.

De acordo com o IBGE, os produtos agrícolas mais importantes, em termos de área ocupada e VBP, são: milho, soja, trigo, cana-de-açúcar e algodão. A cana-de-açúcar é transformada em açúcar e álcool no próprio município ou em municípios da região e vem ganhando em expressão econômica. O café, que já foi um cultivo importante no estado no Paraná e na região de Santo Antônio da Platina, está voltando a adquirir espaço na economia local.

É a região que possui a maior concentração fundiária em relação às demais regiões pesquisadas. O programa Banco da Terra financiou a aquisição de cinco estabelecimentos agrícolas, beneficiando 116 famílias. Quando ingressaram no programa, a maior parte dos beneficiários do Banco da Terra era composta por trabalhadores rurais das fazendas e usinas de cana-de-açúcar do município. Os beneficiários possuíam pouco (ou não possuíam) patrimônio inicial e demonstravam dificuldades financeiras. Os recursos do Pronaf foram aplicados na implantação de lavouras de café e na aquisição de máquinas e equipamentos para utilização coletiva dos beneficiários.

Uma parte dos beneficiários encontrou dificuldades em estruturar as atividades produtivas e gerar renda, o que provocou a transferência de uma grande parte dos lotes. Diferentemente da maioria dos beneficiários das demais regiões pesquisadas, no caso dos beneficiários de Santo Antônio da Platina, as áreas adquiridas não possuíam infra-estrutura (casa, estradas, energia elétrica, galpões, etc.) inicial. Nas áreas adquiridas que eram ocupadas com o plantio de cana-de-açúcar, o início do cultivo da área pelos novos usuários atrasou em aproximadamente um ano.

O governo do estado do Paraná, através do programa Paraná 12 Meses, contribuiu para a melhoria da infra-estrutura produtiva de alguns grupos. Mesmo assim, parte considerável dos beneficiários está com dificuldades financeiras, alguns dos quais ainda não conseguiram construir moradia.

## 4 SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BANCO DA TERRA

Para a análise aqui apresentada, consideraram-se praticamente todas as informações econômicas do sistema produtivo e do orçamento familiar dos beneficiários pesquisados, incluindo as que possibilitaram o cálculo da renda, um dos indicadores centrais desta análise. Deve-se considerar também que esse tipo de análise poderá conter uma certa margem de inconsistência, uma vez que os pesquisados poderiam não ter acesso a informação exata, os agricultores poderiam ter que omiti-las e o ano-safra considerado poderia ser atípico em virtude da conjuntura de mercado e do clima. Com o intuito de contornar ou minimizar parte desses problemas, utilizou-se um conjunto variado de indicadores econômicos (incluindo patrimônio, pagamento de parcelas, despesas de manutenção familiar, dívidas, acesso a bens de consumo, etc) que possibilitaram analisar a capacidade de pagamento do financiamento do programa Banco da Terra e as condições sócio-econômicas das famílias beneficiadas. Apresenta-se, a seguir, uma descrição dos principais indicadores econômicos utilizados:

**a) Valor Bruto da Produção (VBP):** é o valor bruto da produção comercializada. O VBP atual foi calculado com base nos preços obtidos pelos agricultores no momento da comercialização, e o VBP anterior através da multiplicação da produção vendida no último ano antes de entrar no programa Banco da Terra e o preço atual dos produtos.

**b) Renda Agrícola (RA):** é o valor do VBP, deduzidos os custos decorrentes do processo produtivo (custos variáveis, custos fixos, impostos e taxas e custos financeiros). A Renda Agrícola é um dos indicadores mais importantes, porque é através dessa renda que o beneficiário deduz o montante necessário ao pagamento das parcelas do financiamento.

**c) Patrimônio:** foram considerados como patrimônio os bens utilizados no processo produtivo. O valor do patrimônio se eleva quando o beneficiário possui renda, quando recebe bens em doação ou quando contrai financiamentos. Na análise do valor patrimonial não foram incluídos os bens e as benfeitorias coletivas, as melhorias no solo e os investimentos em cultivos permanentes. A terra, por ser um fator de produção de que o agricultor não pode se desfazer e cujo preço é variável de acordo com a expectativa de renda em um determinado momento, não entrou no cálculo do patrimônio.

Os bens de uso doméstico foram analisados quando considerados os últimos investimentos e bens de consumo. O rebanho bovino não foi considerado como patrimônio na análise dos resultados (embora pudesse ser, considerando-o como um indicador de investimento, e também pelo seu caráter de poupança e liquidez). No questionário, foi identificado o rebanho bovino anterior à entrada no Banco da Terra e o atual. Outros rebanhos, como aves e suínos, não foram considerados em virtude de não possuírem o caráter de poupança. Foram analisados ainda os bens recebidos através de programas e políticas públicas pelas famílias, com o objetivo de melhor aferir os indicadores de renda e, principalmente, a evolução do patrimônio.

**d) Rendas Não-Agrícolas (RNA):** referem-se às outras rendas recebidas pelas famílias, que não diretamente ligadas à agricultura, ou àquelas que são parcialmente ligadas (aposentadorias,

transferências sociais, etc). Mesmo que os programas de crédito fundiário visem financiar a aquisição de propriedades por agricultores, o que pressupõe que deva viabilizá-la a partir da agricultura, as rendas não-agrícolas não podem ser desconsideradas, devido ao nível de importância que podem adquirir na composição da renda familiar. Na apresentação dos resultados, as rendas não-agrícolas serão analisadas pelo seu caráter complementar, e não pela sua exclusividade. É provável que muitos beneficiários, no momento que contrataram o financiamento, pressupunham contar com rendas não-agrícolas para garantir o pagamento das parcelas.

**e) Outras Dívidas:** permite identificar se a evolução do patrimônio, do rebanho bovino e dos investimentos na infra-estrutura produtiva se deu através da contração de dívidas. Nesse item, considerou-se o financiamento obtido através do Pronaf “A”, destinado à infra-estrutura produtiva do estabelecimento rural, além de outras dívidas (exceto a dívida com o Banco da Terra).

**f) Despesas de Manutenção Familiar (DMF):** é uma informação normalmente precisa e por isso importante para analisar a renda familiar líquida. O valor da DMF é condicionado pela renda que a família obtém através das rendas agrícolas e não-agrícolas, previdência social e/ou transferências sociais. Portanto, também pode ser considerado um indicador de renda.

**g) Produção para Autoconsumo Familiar:** não se trata de um indicador de renda, por isso a análise é feita à parte. Indica o nível de importância econômica da produção destinada ao consumo da família em relação à produção destinada ao mercado. O valor do autoconsumo foi calculado de acordo com seu preço de aquisição no supermercado.

#### **4.1 Pagamento das Parcelas do financiamento do Banco da Terra**

A Tabela 4 apresenta os resultados da pesquisa sobre o pagamento das parcelas do Banco da Terra. Embora tenham sido escolhidos os projetos mais antigos (2000 e 2001), verifica-se que, em praticamente a metade dos casos, os entrevistados declararam que as parcelas do financiamento ainda não haviam vencido no momento da pesquisa. Em praticamente 40% dos casos pesquisados, os entrevistados mencionaram terem pago ao menos uma parcela do financiamento e 7,2% declararam não terem tido condições financeiras para o pagamento do financiamento.

Em Santo Antônio da Platina (PR), 73,3% dos entrevistados afirmaram ter parcelas do financiamento não vencidas. Dentre os que declararam ter parcelas vencidas (20%), todos afirmaram que não conseguiram pagá-las. Nesse município, em virtude das áreas estarem sendo ocupadas com cultivos permanentes dos antigos proprietários, houve negociação para que as parcelas vencidas fossem prorrogadas. Até a realização da pesquisa, os entrevistados de Santo Antônio da Platina não haviam pago nenhuma das parcelas do financiamento. Uma parte dos projetos financiados foi transferida em virtude de dificuldades financeiras dos beneficiários originais. Em 2005 venceria a primeira parcela, mas as lideranças consultadas informaram a

necessidade de se prorrogar mais uma vez o prazo, em função da falta de condições econômicas dos beneficiários para quitar a parcela.

*Tabela 4 – Situação de Pagamento do Financiamento do Banco da Terra (%)*

<b>Município</b>	<b>Pagou</b>	<b>Parcela não Venceu</b>	<b>Não Conseguiu pagar</b>	<b>Não respondeu</b>
Santo A. da Platina	-	73,3	20,0	6,7
Coronel Freitas	43,3	46,7	-	10,0
Vitor M./Witmarsum	72,4	20,7	-	6,9
Tenente Portela	20,0	63,3	-	16,7
Encantado/Teutônia	53,1	37,5	9,4	-
Pelotas	50,0	36,7	13,3	-
<b>Média Total</b>	<b>39,8</b>	<b>46,4</b>	<b>7,2</b>	<b>6,6</b>

Fonte: Deser: tabulações da pesquisa.

Se, de um lado, os dados apresentados indicam dificuldades de pagamento em Santo Antônio da Platina (PR), de outro, em Vitor Meirelles/Witmarsum (SC) 72,4% dos entrevistados declararam ter pago pelo menos uma parcela, 20% declarou não ter parcelas vencidas e nenhum beneficiário afirmou estar inadimplente com o programa Banco da Terra. Em Pelotas (RS) e Encantado/Teutônia (RS) mais de 50% declarou ter pago ao menos uma parcela, entretanto o nível de inadimplência ficou em 13,3% e 9,4%, respectivamente.

Em Tenente Portela (RS), 20% dos entrevistados afirmaram ter pago pelo menos uma parcela e nenhum afirmou estar inadimplente. Entretanto, em virtude da estiagem ocorrida no início de 2005, os cultivos da safra 2004/05 foram muito prejudicados, principalmente a soja, o milho, o leite e o fumo. Já que esses são os principais produtos agrícolas da região, e também dos beneficiários do Banco da Terra, é provável que o nível de inadimplência fique alto. A renda agrícola calculada no presente estudo, apresentada logo a seguir, aponta para isso.

Em Coronel Freitas (SC), no momento da realização da pesquisa, não havia caso de inadimplência entre os beneficiários entrevistados. Apesar de 46,7% dos entrevistados afirmarem não ter vencido nenhuma parcela, verifica-se, através da renda agrícola, que o nível de

inadimplência tendia a ficar baixo. Os beneficiários desse município também foram menos atingidos pela estiagem que os de Tenente Portela (RS).

Em Coronel Freitas (SC), de acordo com os técnicos e a pesquisadora local, a maior parte dos beneficiários do programa Banco da Terra está conseguindo se estruturar economicamente, em parte devido à agregação de valor das atividades econômicas e também devido ao apoio financeiro de membros da família na estruturação das atividades econômicas. Em 2005, em virtude da estiagem que afetou o município, a tendência era que um certo número solicitasse prorrogação. Entretanto, os beneficiários de Coronel Freitas ainda são os que possuem as melhores condições econômicas dentre os beneficiários dos municípios pesquisados.

De acordo com técnicos e/ou pesquisadores locais (pessoas que aplicaram os questionários nos municípios pesquisados), o percentual de beneficiários que estava se estruturando economicamente e possuía condições de pagamento, segundo o município pesquisado, ficaria assim distribuído: entre 40 e 50% em Santo Antônio da Platina (PR), 70% em Tenente Portela (RS), 80% em Encantado/Teutônia (RS), 90% em Coronel Freitas (SC), 90% em Pelotas (RS) e 90% em Vitor Meirelles/Witmarsum (SC). Essas informações se assemelham ao percentual de beneficiários que pagaram as prestações vencidas.

## **4.2 Renda Agrícola**

Nesta parte do estudo será considerada apenas a renda agrícola, já que as rendas não-agrícolas serão analisadas posteriormente. As conclusões resultantes devem ser feitas com cuidado, pelos motivos tratados anteriormente.

De acordo com a Tabela 5, verifica-se que 10,5% dos entrevistados tiveram renda agrícola anual menor que zero, na safra 2004/05 a média ficou em R\$ -3.130,65. Os entrevistados desta faixa de renda concentram-se em Santo Antônio da Platina (PR), Tenente Portela (RS) e Encantado/Teutônia (RS). Para o ano agrícola considerado, estes beneficiários não tiveram renda suficiente nem mesmo para custear as despesas de manutenção familiar. Verifica-se que há beneficiários com renda agrícola negativa em todas as regiões, embora em Santo Antônio da Platina (PR), Tenente Portela (RS) e Encantado/Teutônia (RS) a média seja superada. Outros 15% tiveram renda agrícola entre zero e R\$ 2.000,00, 16% tiveram renda agrícola que variou entre R\$ 2.001,00 e R\$ 5.000,00 e 19,3% entre R\$ 5.001,00 e R\$ 10.000,00.

Se, por um lado, 10,5% ficaram com renda agrícola negativa na safra 2004/05, por outro, no extremo, 38,7% tiveram renda agrícola anual acima de R\$ 10 mil, apresentando um valor médio de R\$ 23,5 mil, bem acima do valor limite do grupo. Em Vitor Meirelles/Witmarsum (SC), 69% dos entrevistados possuem renda superior a R\$ 10 mil.

*Tabela 5 – Distribuição dos Beneficiários, segundo a faixa de renda - safra 2004/05 (%)*

<b>Faixa de Renda Anual (R\$)</b>	<b>Santo A. Platina</b>	<b>Cel. Freitas</b>	<b>Vitor M./ Witmarsum</b>	<b>Tenente Portela</b>	<b>Encantado / Teutônia</b>	<b>Pelotas</b>	<b>Total</b>	<b>Renda Média Anual</b>
<0	13,3	3,3	10,3	13,3	15,6	6,7	10,5	-3.130,65
0 - 2.000	20,0	3,3	6,9	20,0	25,0	16,7	15,5	1.052,22
2.001 - 5.000	20,0	20,0	3,4	26,7	12,5	13,3	16,0	3.642,23
5.001 - 10.000	26,7	23,3	10,3	30,0	12,5	13,3	19,3	7.730,45
> 10.001	20,0	50,0	69,0	10,0	34,4	50,0	38,7	23.599,44

Fonte: Deser: tabulações da pesquisa.

A partir da renda agrícola, os beneficiários do Banco da Terra necessitam ainda custear as despesas de manutenção familiar – DMF (alimentação, saúde, transporte, educação, etc). A Tabela 6 demonstra como ficaria a renda após deduzidas essas despesas. O cálculo foi realizado a partir do valor declarado pelos beneficiários, conforme será apresentado posteriormente.

*Tabela 6 – Distribuição dos Beneficiários, segundo a faixa de renda descontada a DMF – safra 2004/05 (%)*

<b>Faixa de Renda (RA-DMF, em R\$)</b>	<b>Santo. A. Platina</b>	<b>Cel. Freitas</b>	<b>Vitor M./ Witmarsum</b>	<b>Tenente Portela</b>	<b>Encantado/ Teutônia</b>	<b>Pelotas</b>	<b>Total</b>
<0	46,7	30,0	34,5	50,0	46,9	26,7	39,2
0 - 2.000	10,0	6,7	6,9	13,3	18,8	13,3	11,6
2.001,00 - 5.000	20,0	13,3	6,9	13,3	6,3	10,0	11,6
5.001,00 - 10.000	20,0	20,0	17,2	16,7	9,4	6,7	14,9
> 10.001	3,3	30,0	34,5	6,7	18,8	43,3	22,7

Fonte: Deser: tabulações da pesquisa.

Se da renda agrícola forem descontadas as despesas de manutenção familiar, verifica-se que quase 40% dos entrevistados apresentam resultado menor ou igual à zero, ou seja, não teriam

condições de pagar as prestações do programa Banco da Terra e do Pronaf “A”, a partir da renda agrícola. Verifica-se que em Santo Antônio da Platina (PR), Tenente Portela (RS) e Encantado/Teutônia (RS) encontram-se percentuais acima da média. No outro extremo, 22,7% dos entrevistados apresentam resultado superior a R\$ 10 mil, disponíveis para reinvestimento nas atividades produtivas, melhoria da infra-estrutura dos domicílios e pagamento das prestações do Banco da Terra e do Pronaf “A”. Em Santo Antônio da Platina (PR), Tenente Portela (RS) e Encantado/Teutônia (RS) são encontrados os maiores percentuais de entrevistados com resultados negativos.

A partir da presente análise, pode-se concluir que os beneficiários do Banco da Terra não constituem um grupo homogêneo. Mesmo que todos tenham sido beneficiados pela mesma política pública há poucos anos, verifica-se um distanciamento nos resultados econômicos em termos de renda agrícola. Um conjunto de fatores pode ter interferido nesse processo, conforme será tratado mais adiante.

Se, por um lado, a análise da renda agrícola demonstra que um grande percentual dos beneficiários do Banco da Terra entrevistados possui renda agrícola negativa ou muito baixa, por outro lado, verifica-se que 114 entrevistados (62,9%) declararam possuir algum tipo de poupança, em produto agrícola ou em dinheiro. Embora não tenha sido levantado o valor monetário dessas poupanças, essa informação permite identificar um esforço por parte dos beneficiários em quitar seus empréstimos. Também permite dizer que a análise da renda agrícola não explica totalmente a atual condição econômica das famílias. Além das dificuldades encontradas para chegar à renda agrícola dos beneficiários, conforme já mencionado, podem haver outros motivos: particularidades do ano agrícola considerado e a influência de outras rendas (não-agrícolas).

De acordo com os resultados da pesquisa, 43,3% dos beneficiários de Santo Antônio da Platina (PR) possuem algum tipo de poupança (em espécie ou produto agrícola). Nos demais municípios, esse percentuais se apresentam da seguinte forma: Coronel Freitas (60%), Vitor Meirelles/Witmarsum (82,8%), Tenente Portela (56,7%), Encantado/Teutônia (56,3%) e Pelotas (80%). Cabe destacar que a poupança pode significar uma estratégia familiar com vistas ao pagamento de dívidas a vencer e também ao custeio das despesas de manutenção familiar em momentos de crise (conjuntura de mercado desfavorável e intempéries climáticas).

O Quadro 3, a seguir, apresenta uma síntese de indicadores econômicos atuais dos entrevistados. Observa-se que a renda agrícola média dos estabelecimentos é de pouco mais de R\$ 10 mil por ano, ou o equivalente a cerca de R\$ 864,00/mês. Esse valor, somado às rendas não agrícolas, chega a R\$ 11,3 mil por família/ano. Quando se desconta as despesas de manutenção familiar, observam-se diferenças no valor da renda agrícola (RA-DMF). No caso de Santo Antônio da Platina (PR) e Tenente Portela (RS), por exemplo, a renda agrícola média é de R\$ 5,3 mil e R\$ 5,4 mil, respectivamente. Descontando-se as despesas de manutenção familiar, a renda agrícola cai para R\$ 456,60 em Santo Antônio da Platina (PR) e R\$ 940,90 em Tenente Portela (RS). Nos municípios de Coronel Freitas (SC), Pelotas (RS) e Vitor Meirelles/Witmarsum (SC), esse valor foi superior à média.

*Quadro 3 – Indicadores da Situação Econômica Atual dos Beneficiários do Banco da Terra – valores médios na safra 2004/05 (R\$)*

<b>Item</b>	<b>Sto A. Platina</b>	<b>Cel. Freitas</b>	<b>Vitor M./ Witmarsum</b>	<b>Tenente Portela</b>	<b>Encantado/ Teutônia</b>	<b>Pelotas</b>	<b>Média Total</b>
Valor Bruto de Prod. (VBP)	10.098,5	22.944,3	33.048,9	10.509,5	20.613,8	23.809,0	19.251,3
Custo Fixo (CF)	160,9	704,7	1.842,0	970,0	1.588,9	729,6	925,3
Custo Variável (CV)	4.431,2	6.816,8	14.575,8	3.737,6	7.313,6	9.042,3	7.318,3
Custo Financeiro (CFin)	139,7	525,2	840,9	322,6	440,5	216,3	387,8
Impostos e Taxas (IT)	21,5	373,1	265,3	79,1	467,8	606,5	255,2
Renda Agrícola (RA) <sup>1</sup>	5.345,20	14.524,50	15.524,90	5.400,20	10.803,00	13.214,30	10.364,70
Desp. Manut. Familiar (DMF)	4.888,60	6.716,40	7.674,70	4.459,30	6.688,20	4.936,30	5.801,00
RA - DMF	456,60	7.808,10	7.850,20	940,90	4.114,80	8.278,00	4.563,70
Rendas Não-Agrícolas (RNA)	1.005,50	2.031,90	23,00	1.386,60	1.448,70	952	1.018,50
RA + RNA	6.350,70	16.556,40	15.547,90	6.786,80	12.251,70	14.166,30	11.383,20
RA + RNA - DMF	1.462,10	9.840,00	7.873,20	2.327,50	5.563,50	9.230,00	5.582,20
Total Dívida BT	34.430,6	27.534,5	31.032,6	16.102,5	21.665,0	19.449,1	24.966,4
Parcela Dívida BT	2.092,0	1.619,0	1.886,0	915,5	1.274,0	1.105,8	1.468,1
Total Outras Dívidas	12.300,4	6.505,3	12.025,7	8.271,5	5.580,4	15.186,2	9.744,2
Parcela Outras Dívidas	1.629,0	2.271,8	2.382,2	1.572,2	680,4	2.059,1	1.675,7
Patrimônio	505,4	28.348,3	22.198,9	18.008,6	33.370,0	12.163,3	17.248,9

Fonte: Deser: tabulações da pesquisa.

<sup>1</sup>Renda Agrícola = VBP – CF – CV – Cfin – IT.

O valor médio dos financiamentos do Banco da Terra foi de aproximadamente R\$ 25 mil, resultando em parcelas de aproximadamente R\$ 1,5 mil. O valor médio de financiamento mais elevado se encontra em Santo Antônio da Platina (R\$ 34,4 mil) e o mais baixo em Tenente Portela (R\$ 16,1 mil). Atualmente, esses dois municípios são os que apresentam o preço da terra mais elevado devido ao fato de estarem localizados em regiões sojicultoras.

Quanto aos custos de produção, verifica-se que, para todos os casos, o mais importante são os custos variáveis. Cabe destacar que no cálculo dos custos fixos anuais considerou-se apenas a manutenção dos bens, conforme informação dos pesquisados. Na agricultura familiar, o custo de manutenção normalmente é mais importante e mais preciso que a depreciação, pois muitas vezes esses bens, que pelas fórmulas tradicionais já estariam totalmente depreciados, ainda são úteis para o uso. Um exemplo são os tratores que seriam depreciados aos 10 anos de uso, mas que permanecem em plena atividade aos 30 anos .

Quanto ao custo financeiro, destaca-se que nos municípios que apresentam valores mais altos (Vitor Meirelles/Witmarsum, por exemplo), o seguro obrigatório da fomicultura é o principal item. Em impostos e taxas consideraram-se também as despesas com arrendamento, de forma que tal item apresentou-se elevado em Pelotas (RS).

As despesas de manutenção familiar nas famílias pesquisadas foram, em média, de R\$ 5,8 mil, o equivalente a cerca de 55% do valor da renda agrícola. Os municípios catarinenses de Vitor Meirelles/Witmarsum (SC) e Coronel Freitas (SC) apresentaram despesas mais elevadas com a manutenção familiar (R\$ 7,67 mil e R\$ 6,71 mil, respectivamente). Os principais itens de despesa das famílias são: alimentação e higiene (44,6%), vestuário (12,5%), saúde (12,2%), despesas com automóvel (11,8%) e energia elétrica (9,8%).

A proporção das despesas de manutenção familiar é algo muito expressivo. Ou seja, considerando um estabelecimento que possua renda agrícola de R\$ 10 mil e outro com renda agrícola de R\$ 5 mil e despesas de manutenção familiar de R\$ 4,5 mil por ano, no primeiro caso as despesas de manutenção familiar representariam 45% da renda agrícola e, no segundo caso, 90%. Em se tratando de capacidade de pagamento e de reinvestimento, torna-se importante considerar as despesas de manutenção familiar, mesmo que elas possam ser variáveis. Aqui não foram consideradas as diferenças existentes no acesso aos bens de consumo entre um e outro caso, já que a idéia principal se refere à capacidade de pagamento e de reinvestimento nas atividades produtivas.

### **4.3 Rendas Não Agrícolas**

A Tabela 7 apresenta a participação das rendas não-agrícolas - RNA na composição da renda familiar total. Nos municípios pesquisados, esse valor representou em média, 9% da renda total. Em Vitor Meirelles/Witmarsum (SC), as rendas não-agrícolas praticamente inexistem. Nesses municípios, dentre os beneficiários do programa, é mais comum encontrar a contratação ou parceria no cultivo do fumo do que a venda de trabalho. Em Tenente Portela (RS), entretanto, as

rendas não-agrícolas chegaram a 20% da renda familiar total. Isso ocorre, principalmente, porque a renda agrícola é baixa, em se tratando de participação na renda familiar. Em relação ao valor, as principais rendas não agrícolas são: aposentadorias (46,8%), emprego urbano e rural (31,5%), trabalho temporário (10,1%) e transferências sociais (7,1%).

*Tabela 7 – Participação das Rendas Não-Agrícolas na Renda Familiar Total na safra 2004/05 (R\$)*

<b>Município</b>	<b>Renda Agrícola</b>	<b>Rendas Não-Agrícolas</b>	<b>Renda Familiar Total</b>	<b>% RNA/Total</b>
S. Antônio Platina	5.345,20	1.005,50	6.350,70	15,83
Cel Freitas	14.524,50	2.031,90	16.556,40	12,27
Vitor M./Witmarsum	15.524,90	23,00	15.547,90	0,15
Tenente Portela	5.400,20	1.386,60	6.786,80	20,43
Encantado/Teutônia	10.803,00	1.448,70	12.251,70	11,82
Pelotas	13.214,30	952,00	14.166,30	6,72
<b>Média Total</b>	<b>10.364,70</b>	<b>1.018,50</b>	<b>11.383,20</b>	<b>8,95</b>

Fonte: Deser: tabulações da pesquisa.

As rendas não-agrícolas compreendem as receitas oriundas de atividades não agrícolas e de transferências sociais. As atividades não-agrícolas podem ser desenvolvidas no estabelecimento agrícola ou fora dele, podendo, também, resultar de um “empreendimento” próprio ou da venda do trabalho familiar. Os benefícios previdenciários passaram a ter um peso importante na composição da renda familiar nos últimos anos e em muitos casos a renda não-agrícola é a mais importante para os agricultores familiares.

As transferências sociais resultantes de programas do governo federal (como o Bolsa Família, por exemplo) são mais recentes. São programas que se assemelham aos de renda mínima já colocados em prática em alguns países. Apesar da importância desses tipos de programas, os contornos ainda não estão bem definidos, principalmente no que se refere aos impactos que desencadeiam no meio rural entre as famílias com baixos níveis de renda. Ainda existem dúvidas se esses programas estimulam ou não a produção para o consumo da família, por exemplo. Nesse aspecto específico, é possível que em alguns casos estimule a aquisição em detrimento da produção de

alimentos, apesar da importância do escopo geral de programas de transferência social e renda mínima.

*Tabela 8 – Distribuição dos Beneficiários, segundo a faixa de renda familiar (renda agrícola + renda não agrícola) – safra 2004/05 (%)*

<b>Faixa de Renda (RA+RNA, em R\$)</b>	<b>Santo. A. Platina</b>	<b>Cel. Freitas</b>	<b>Vitor M./ Witmarsum</b>	<b>Tenente Portela</b>	<b>Encantado/ Teutônia</b>	<b>Pelotas</b>	<b>Total</b>
<0	3,3	3,3	10,3	3,3	3,1	-	3,9
0 - 2.000	16,7	-	6,9	13,3	28,1	10,0	12,7
2.001,00 - 5.000	30,0	16,7	3,4	26,7	9,4	16,7	17,1
5.001,00 - 10.000	26,7	26,7	10,3	36,7	25,0	23,3	24,9
> 10.001	23,3	53,3	69,0	20,0	34,4	50	41,4

Fonte: Deser: tabulações da pesquisa.

Verifica-se, através da Tabela 8, acima, uma melhoria na renda familiar quando se soma a renda não agrícola e agrícola, quando comparado à mesma classificação de acordo com a renda agrícola. Os percentuais permanecem iguais somente em Vitor Meirelles/Witmarsum (SC). Enquanto, por exemplo, 10,5% dos beneficiários apresentavam renda igual ou inferior à R\$ 0,00, quando se acrescenta a renda não agrícola esse percentual diminui para 3,9%.

Tratar do tema “atividades não agrícolas” na agricultura familiar, principalmente daquelas resultantes da venda do trabalho, suscita questões muitas vezes polêmicas. Isso porque, de um lado, as atividades não-agrícolas podem ser vistas positivamente pela possibilidade de complementar a renda da família. Assim, a própria reprodução social das famílias na atividade agrícola estaria recebendo a contribuição dessas atividades. Outro argumento a favor das atividades não-agrícolas é o fato de contribuir para a permanência de membros da família, principalmente filhos, residindo no meio rural. Ainda de acordo com quem defende a pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar, a tendência em realizar atividades não-agrícolas seria algo natural, apesar do contexto sócio-econômico poder interferir.

De outro lado, as atividades não agrícolas principalmente as atividades resultantes da venda do trabalho de membros da família e da terceirização industrial, podem ser vistas negativamente.

Isso porque representariam um processo de deterioração das condições de trabalho no meio urbano, especialmente dos grandes centros, o que provocaria um deslocamento de empresas para centros menores e a contratação do trabalho de agricultores. Além de muitas vezes esses agricultores(as) se sujeitarem a uma dupla jornada de trabalho, na lavoura e na indústria, por exemplo, também se sujeitam, em virtude de um custo de vida mais baixo, a uma remuneração menor do trabalho, ou seja, a um nível salarial mais baixo do que as empresas pagariam a um trabalhador urbano.

A pesquisa não identificou atividades de artesanato, turismo e comércio nos estabelecimentos pesquisados. Em outros trabalhos realizados pelo Deser<sup>15</sup> identificou-se que a agricultura familiar possui dificuldades em inserir-se na atividade de turismo rural, em virtude da dinâmica específica e, principalmente, devido ao fato desta atividade demandar investimentos normalmente muito altos. Quando há empreendimentos da agricultura familiar no turismo rural, eles normalmente possuem um nível de capitalização mais elevado. Mas, na maioria dos casos, apesar de pequenos, passam a trabalhar com mão-de-obra contratada.

Para analisar as atividades não agrícolas no meio rural faz-se necessário considerar que as relações de trabalho vêm se tornando complexas. Dentre as mudanças, decorridas a partir da crise do sistema fordista de produção, que permitiram relações de trabalho mais flexíveis e o fim do trabalho assalariado estável, está o fato de que a população ocupada nas indústrias foi ultrapassada por aquela dedicada aos serviços. Entretanto, no setor chamado de serviços encontra-se uma diversidade muito grande de tipos de trabalho, desde aqueles considerados pouco qualificados até aqueles que exigem um alto padrão de qualificação, seja no trabalho autônomo ou nas empresas. Até a própria noção de qualificado e não qualificado pode mudar assim que o conhecimento necessário para tal possa ser incorporado à máquina.

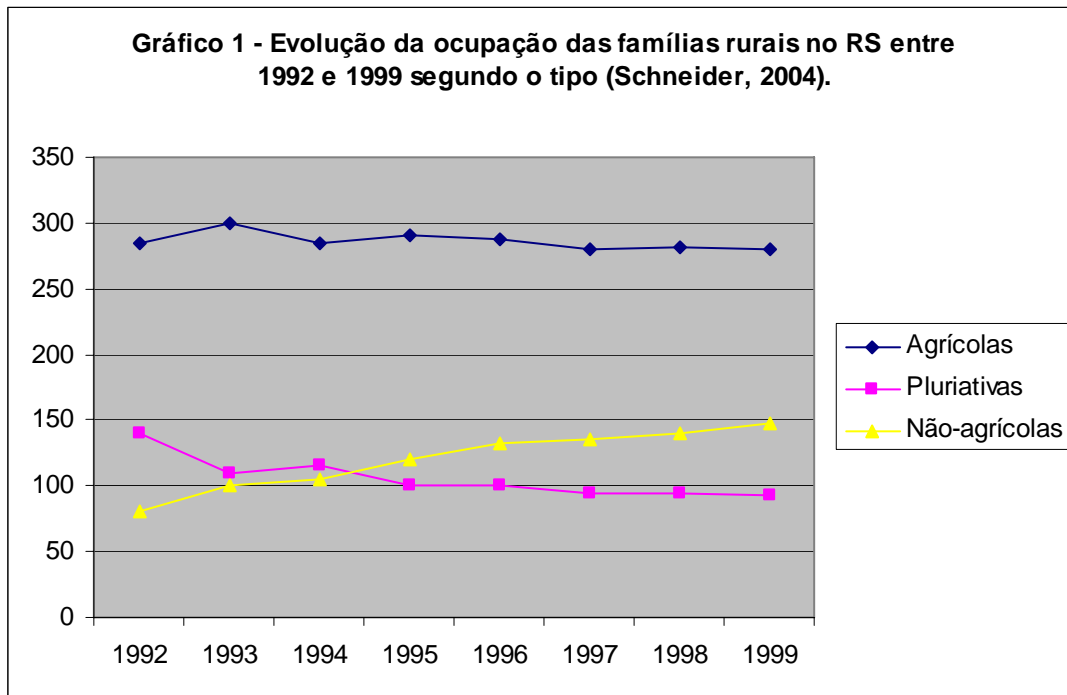
Apesar de algumas formas de trabalho estarem se tornando complexas, novas ocupações são geradas e outras são modificadas com a incorporação de tecnologias, podendo ocorrer a simplificação na maioria das etapas de trabalho e uma certa complexidade em outras. Na indústria, por exemplo, a implantação de novas tecnologias de produção, de um lado, permitem transformar uma parte dos trabalhadores em operadores de máquinas altamente sofisticadas, mas facilmente treinados, e de outro lado, demandar profissionais altamente qualificados em sistemas gerenciais. A automação do sistema bancário, apesar da evidente redução no número de empregos, modificou o perfil dos trabalhadores. A maior parte do pessoal de atendimento ao público deixou de existir e surgiram novos profissionais que orientam investimentos em setores específicos. Apesar da agricultura utilizar menos trabalho assalariado que outros setores da economia, o trabalho na agricultura também se modificou com a introdução de tecnologias e máquinas, seja substituindo os trabalhadores, seja transformando a natureza do trabalho.

Essas mudanças nas relações de trabalho se refletem também no meio rural. O projeto Rurbano, coordenado pelo professor José Graziano da Silva, indicou que no Brasil as atividades não-agrícolas evoluíram de formas distintas. O estudo indicou também que o percentual de

---

15 Indicações encontradas em dois projetos desenvolvidos pelo Deser em 2004 (Pluriatividade e Rede de Agricultores Gestores de Referências) que combinavam atividades de capacitação (agricultores e lideranças) com pesquisa. O primeiro foi realizado na região dos Campos Gerais (PR) e o segundo em quatorze micro-regiões dos três estados da região Sul.

aposentados e de pessoas sem emprego vinha aumentando no meio rural. Com isso, a relação com a terra também começa a se modificar, embora não no mesmo nível no qual atualmente se encontra em países de capitalismo desenvolvido, como na Europa.



O Gráfico 1, acima, apresenta a evolução da ocupação das famílias rurais no Rio Grande do Sul entre 1992 e 1999. Verifica-se um pequeno declínio na população agrícola, uma redução de mais de 40% no número de famílias pluriativas (que desenvolviam atividades agrícolas e não agrícolas simultaneamente) e um aumento de quase 100% no número de famílias não agrícolas. A pluriatividade é um tema com uma dinâmica bastante complexa, cujo desenvolvimento depende de um conjunto de variáveis, seja na agricultura, seja na economia como um todo (incluindo a flexibilidade das relações de trabalho). Ou seja, é difícil afirmar que em uma determinada região ela seguirá uma ou outra tendência e que os agricultores familiares poderão ou não se beneficiar dela.

#### 4.4 Evolução do Acesso à Terra

Os resultados da pesquisa revelam que, antes da aquisição da terra, os agricultores entrevistados tinham, em média, 0,5 hectare de área própria e 2,5 hectares de área arrendada. Atualmente, a área própria média é de 12,9 hectares e a área arrendada 0,7 hectare, conforme mostra o Quadro 4. A área própria anterior era pequena, uma vez que apenas 12,3% dos entrevistados possuíam propriedade da terra.

*Quadro 4 – Evolução do Acesso à Terra em relação à área da Agricultura Familiar nos Municípios Pesquisados (valores médios)<sup>16</sup>*

<b>Município</b>	<b>Situação</b>	<b>Área Própria (ha)</b>	<b>Área Arrendada (ha)</b>	<b>Área Média da Agricultura Familiar</b>
Santo A. da Platina	Anterior	0,0	0,0	-
	Atual	9,4	0,0	21,1
Coronel Freitas	Anterior	0,9	-	-
	Atual	13,0	0,4	16,5
Vitor M./Witmarsun	Anterior	-	0,3	-
	Atual	17,2	0,3	21,4
Tenente Portela	Anterior	0,9	6,2	-
	Atual	7,9	0,7	13,6
Encantado/Teutônia	Anterior	1,6	3,9	-
	Atual	14,0	1,7	11,5
Pelotas	Anterior	0,5	7,2	-
	Atual	16,8	2,6	19,8
<b>Média Total</b>	<b>Anterior</b>	<b>0,5</b>	<b>2,5</b>	-
	<b>Atual</b>	<b>12,9</b>	<b>0,7</b>	<b>17,87</b>

Fonte: Deser: tabulações da pesquisa.

A área média dos beneficiários pesquisados é inferior à área média da agricultura familiar dos municípios pesquisados (12,9 e 17,9 hectares, respectivamente). Dentre os municípios pesquisados, apenas em Encantado/Teutônia (RS) a área adquirida pelos beneficiários do Banco da Terra é superior à área média da agricultura familiar do próprio município. Nos demais municípios essa área é inferior.

Em Tenente Portela (RS) encontra-se a menor área média (7,9 hectares), inferior aos 13,6 hectares de área média da agricultura familiar. Mesmo que nesse município alguns agricultores tenham utilizado recursos próprios para a aquisição da propriedade rural, isso não foi suficiente para que dispusessem de uma área adequada, face aos limites de financiamentos regionais

<sup>16</sup> Média calculada sobre o total de entrevistados (181), que inclui os antigos parceiros, meeiros e trabalhadores rurais e urbanos que não possuíam terra (própria ou arrendada), patrimônio e produção agrícola.

estabelecidos ao programa na região serem menores (o valor médio dos empréstimos ficou em pouco mais de R\$ 16 mil) e ao preço elevado da terra. Outro município em que a área adquirida ficou bem abaixo da área média municipal da agricultura familiar é Santo Antônio da Platina (PR), ainda que o valor dos financiamentos tenha ficado acima de R\$ 34 mil. Cabe destacar que nesses dois municípios os produtos agrícolas predominantes possuem pouco valor agregado por unidade de área (soja, por exemplo) e também é onde se localizam os beneficiários com as menores rendas agrícolas.

Atualmente, os entrevistados dos municípios de Vitor Meirelles/Witmarsum (SC) e Pelotas (RS) possuem maior área própria dentre os municípios pesquisados (17,2 e 16,8 hectares, respectivamente). Também são os municípios que apresentam o preço da terra mais baixo. Em Vitor Meirelles/Witmarsum (SC), as áreas são bastante íngremes e, em muitos casos, a área cultivável é pequena.

A maioria dos entrevistados dos municípios de Santo Antônio da Platina (PR) e Vitor Meirelles/Witmarsum (SC) não possuía terra antes do programa. Em Santo Antônio da Platina, uma parte deles eram trabalhadores rurais (bóias-frias/diaristas) ou trabalhadores urbanos. Em Vitor Meirelles/Witmarsum, quase todos (94%) eram arrendatários, predominando o fumo como principal produto. A possibilidade de aquisição de terra própria diminuiu consideravelmente o arrendamento (em média, 70%), principalmente em Tenente Portela (RS), Encantado/Teutônia (RS) e Pelotas (RS), conforme mostra o Quadro 4.

#### **4.5 Evolução dos indicadores de renda e patrimônio**

O Valor Bruto de Produção (VBP) apresentou um aumento médio de 66,5%, comparando-se o valor médio anual anterior e posterior ao financiamento do Banco da Terra (R\$ 11,5 mil e R\$ 19,2 mil, respectivamente). O VBP e o patrimônio elevaram-se em todos os municípios após a aquisição das terras. Entretanto, devemos considerar que 41 dos 181 entrevistados não possuíam VBP antes do Banco da Terra pelo fato de não serem agricultores autônomos. Considerando-se os 140 restantes, verifica-se que a evolução do VBP foi de 36% entre a época do financiamento e atualmente (aproximadamente 10% ao ano).

No que se refere aos bovinos, que também poderiam ser considerados como patrimônio, a maior evolução encontra-se em Coronel Freitas (passou de 2,9 cabeças por beneficiário para 13,1 cabeças). É um dado que contribui para confirmar o aumento da renda agrícola média nesse município, onde o nível de endividamento não é muito alto. Em Tenente Portela (RS), município em que a atividade leiteira é importante, o número de bovinos passou de 4,7 para 8,2, o segundo maior aumento dentre os municípios pesquisados. Os beneficiários de Santo Antônio da Platina (PR) possuíam 0,9 bovino antes do Banco da Terra e hoje possuem 1,6, o nível mais baixo. Nos demais municípios também houve evolução do rebanho bovino, no entanto, em menores proporções.

*Quadro 5 – Evolução de Alguns Indicadores dos Estabelecimentos Pesquisados  
(valores médios)<sup>17</sup>*

<b>Município</b>	<b>Situação</b>	<b>VBP (R\$)</b>	<b>RNA (R\$)</b>	<b>Patrimônio (R\$)</b>	<b>Bovinos (nº cabeças)</b>
Santo A. da Platina	Anterior	5.001,1	1.754,1	329,6	0,9
	Atual	10.098,5	1.005,5	505,4	1,6
Coronel Freitas	Anterior	6.761,2	2.064,4	690,3	2,9
	Atual	22.944,3	2.031,9	28.348,3	13,1
Vitor M./Witmarsun	Anterior	21.110,0	-	3.571,6	2,2
	Atual	33.048,9	23,0	22.198,9	4,2
Tenente Portela	Anterior	6.913,0	592,6	1.890,3	4,7
	Atual	10.509,5	1.386,6	18.008,6	8,2
Encantado/Teutônia	Anterior	13.623,0	1.253,1	3.433,7	5,5
	Atual	20.613,8	1.448,7	33.370,0	7,9
Pelotas	Anterior	18.631,4	1.117,8	4.059,9	5,7
	Atual	23.809,0	952,0	12.163,3	7,2
<b>Média Total</b>	<b>Anterior</b>	<b>11.563,3</b>	<b>1.012,6</b>	<b>1.992,9</b>	<b>3,4</b>
	<b>Atual</b>	<b>19.251,3</b>	<b>1.018,5</b>	<b>17.248,9</b>	<b>6,5</b>

Fonte: Deser: tabulações da pesquisa.

A Tabela 9, a seguir, apresenta a variação de alguns indicadores de renda e patrimônio entre os beneficiários do Banco da Terra, considerando a época de entrada no programa e a época atual.

Em Santo Antônio da Platina (PR), o patrimônio dos beneficiários apresentou uma elevação de 53% desde a entrada no Banco da Terra. Entretanto, faz-se necessário considerar que o valor absoluto médio (R\$ 505,40) é bastante baixo. Em Santo Antônio da Platina (PR), a maior parte dos bens são de uso coletivo. Os beneficiários utilizaram parte considerável do Pronaf “A” para a

<sup>17</sup>Média calculada sobre o total de entrevistados (181), que inclui os antigos parceiros, meeiros e trabalhadores rurais e urbanos que não possuíam terra (própria ou arrendada), patrimônio e produção agrícola.

implantação da cultura do café e adoção de técnicas para a melhoria dos solos, os quais não foram considerados no cálculo do patrimônio.

*Tabela 9 – Variação do VBP, da RNA e do Patrimônio entre a Entrada no Programa e o Período Atual (%)*

<b>Município</b>	<b>VBP</b>	<b>RNA</b>	<b>Patrimônio</b>	<b>Dívida/ Patrimônio</b>
Santo A. da Platina	101,9	-43,0	53,0	-
Coronel Freitas	239,3	-1,6	4.008,0	22,9
Vitor Meirelles/Witmarsum	56,5	-	521,0	54,2
Tenente Portela	52,0	134,0	852,0	45,9
Encantado/Teutônia	51,3	15,0	872,0	16,7
Pelotas	27,0	-25,0	200,0	124,8
<b>Média Total</b>	<b>66,5</b>	<b>0,6</b>	<b>797,0</b>	<b>56,5</b>

Fonte: Deser: tabulações da pesquisa.

A evolução média do patrimônio foi bastante alta (797%). Entretanto, cabe ressaltar que o financiamento do Pronaf “A” concedido aos beneficiários do Banco da Terra foi o que mais contribuiu para a elevação do patrimônio das famílias beneficiadas. Em casos específicos, a doação realizada por membros da família ou a contração de dívida diretamente com as agroindústrias, contribuiu para uma maior elevação do patrimônio. Este fato pôde ser verificado principalmente em Coronel Freitas (SC), município em que o VBP e o patrimônio apresentaram as maiores elevações.

Em média, a dívida dos beneficiários corresponde a 56,5% do seu patrimônio. Em Pelotas (RS), essa relação é de 124,8% (a mais alta dentre os municípios pesquisados) e em Encantado/Teutônia (RS) é de 16,7% (a mais baixa).

Foi verificado que as rendas não-agrícolas apresentaram variações distintas. A maior redução ocorreu em Santo Antônio da Platina (PR), município onde grande parte dos beneficiários era formada por trabalhadores rurais, que passaram a vender menos o trabalho a partir do momento

em que foram beneficiados pelo Banco da Terra. A maior variação das rendas não-agrícolas foi verificada em Tenente Portela (134%), apesar do valor absoluto (aproximadamente R\$ 1,3 mil) estar apenas um pouco acima da média e inferior à Coronel Freitas (SC).

#### 4.6 Produção para Consumo Familiar (Autoconsumo)

Na composição do valor monetário da produção para autoconsumo familiar, os alimentos de origem animal (carnes, embutidos, ovos, leite, queijo) são os itens que apresentam maior importância, por possuírem maior valor de mercado e poderem ser produzidos ao longo do ano. Já as hortaliças e frutíferas possuem menor valor de mercado e têm como característica a sazonalidade de produção.

*Tabela 10 – Valor Bruto de Produção e Autoconsumo (R\$)*

<b>Município</b>	<b>VBP (a)</b>	<b>Autoconsumo (b)</b>	<b>VBP Total (a+b)</b>	<b>Autoconsumo/ Total (%)</b>
Santo A. Platina	10.098,50	1.068,50	11.167,00	9,6
Coronel Freitas	22.944,30	3.227,40	26.171,70	12,3
V. Meirelles/Witmarsum	33.048,90	2.332,40	35.381,30	6,6
Tenente Portela	10.509,50	2.783,70	13.293,20	20,9
Encantado/Teutônia	20.613,80	2.338,50	22.952,30	10,2
Pelotas	23.809,00	1.924,80	25.733,80	7,5
<b>Média Total</b>	<b>19.251,30</b>	<b>2.271,90</b>	<b>21.523,20</b>	<b>10,6</b>

Fonte: Deser: tabulações da pesquisa.

Para analisar a importância da produção para o autoconsumo familiar, foram considerados os preços de mercado dos produtos. Em média, o autoconsumo familiar representa 10,6% do VBP total. O município de Coronel Freitas (SC) apresentou o maior valor de produção para autoconsumo dentre os municípios pesquisados (em média R\$ 3,2 mil). O município de Tenente Portela (RS) é o que apresenta a maior participação do autoconsumo em relação ao VBP total

(20,9%), conforme mostra a Tabela 10. O valor monetário da produção para consumo familiar mais baixo encontra-se em Santo Antônio da Platina (PR). Nesse município, a produção animal é mais baixa, os estabelecimentos agropecuários estão em processo de estruturação e uma parte dos beneficiários eram trabalhadores rurais que não possuíam o hábito de produzir para o consumo familiar. Já em Coronel Freitas (SC), onde o valor foi o mais alto, os estabelecimentos agropecuários são mais estruturados e verifica-se a mais alta produção animal e a “cultura dos colonos” em produzir para o autoconsumo. Além desses fatores, o valor da produção para autoconsumo está relacionado também com a disponibilidade de área e tempo para dedicar-se à produção e ao tipo de produto destinado ao mercado (produtos de origem animal *versus* fumo, por exemplo).

A produção para consumo da família também possui importância econômica como possibilidade de se constituir em nova oportunidade de mercado, porque os excedentes poderão ser comercializados. Ou ainda, porque um produto destinado ao consumo da família pode ser destinado à comercialização caso haja um novo mercado favorável. Ou seja, um número maior de produtos destinados ao autoconsumo significa a possibilidade de comercializar o excedente ou até mesmo uma maior facilidade de ampliar a produção para destiná-la ao mercado.

Nesse aspecto, a biodiversidade também tem sua importância. Espécies vegetais e animais podem ser conservadas quando há produção para consumo da família, haja vista que a genética dos produtos destinados ao mercado na maioria das vezes é de controle de poucas empresas e as características dessas espécies geralmente são voltadas ao ganho em produtividade em detrimento de outros aspectos. Essas outras características podem possuir grande importância para a sociedade como um todo. De um lado, ao longo dos últimos anos, houve uma tendência de redução do banco genético vegetal e animal. De outro lado, apesar desta realidade, alguns agricultores têm preservado sementes e mudas de diversas espécies vegetais, as quais se constituem em um patrimônio importante, assim como espécies animais, como aves, por exemplo. Muitas vezes há uma ligação direta entre a produção para consumo da família, onde os ganhos em produtividade não são a principal característica, e a preservação do banco genético.

#### **4.7 Acesso aos Bens de Consumo**

O acesso aos bens de consumo pode ter relação com a renda e com as condições de conforto doméstico e familiar. A pesquisa procurou identificar o acesso a determinados bens de consumo, como forma de verificar essa relação.

Identificou-se um padrão de consumo bastante elevado. Dentre os entrevistados, verifica-se que 48% possuem automóvel, 89% geladeira; 74% freezer, 22% telefone, 44% celular, 92% fogão a gás, 85% possuem máquina de lavar roupa e 37% possuem forno elétrico/microondas.

*Tabela 11 – Acesso a bens de consumo (% dos beneficiários) em 2005, segundo o município pesquisado.*

<b>Bens</b>	<b>Santo A. Platina</b>	<b>Cel. Freitas</b>	<b>Vitor M./ Witmarsum</b>	<b>Tenente Portela</b>	<b>Encantado/ Teutônia</b>	<b>Pelotas</b>	<b>Média</b>
Automóvel	36,0	63,0	59,0	6,0	72,0	50,0	48,0
Motocicleta	36,7	43,3	24,1	10,0	16,7	53,3	30,4
Geladeira	80,0	96,7	82,8	80,0	93,8	100,0	89,0
Freezer	16,6	96,7	82,8	93,3	93,8	60,0	74,0
Celular	16,6	33,3	0,0	70,0	62,5	80,0	44,2
Telefone fixo	0,0	56,7	3,3	6,7	43,3	22,7	22,0
Fogão a gás	100,0	93,3	82,8	86,7	90,6	96,7	92,0
Máquina lavar	76,7	93,3	82,8	80,0	87,5	90,0	85,1
Forno elétrico/ microondas	6,6	36,7	82,8	10,0	56,3	30,0	37,0

Fonte: Deser: tabulações da pesquisa.

Os entrevistados que possuem automóvel, segundo o município pesquisado, são 72% em Encantado/Teutônia (RS), 63% em Coronel Freitas (SC), 59% em Vitor Meirelles/Witmarsum (SC), 50% em Pelotas (RS), 36% em Santo Antônio da Platina (PR) e 6% em Tenente Portela (RS). Entre os que possuem motocicleta como meio transporte, segundo o município pesquisado, são 16,7% em Encantado/Teutônia (RS), 43,3% em Coronel Freitas (SC), 24,1% em Vitor Meirelles/Witmarsum (SC), 53% em Pelotas (RS), 36,6% em Santo Antônio da Platina (PR) e 10% em Tenente Portela (RS).

No que se refere à comunicação, a telefonia celular tem tido mais espaço do que a telefonia fixa no meio rural. Isso porque o custo de implantação da telefonia fixa é normalmente mais elevado. Desta forma, 80% dos entrevistados do município de Pelotas (RS) possuem telefone celular, 70% em Tenente Portela (RS), 62,5% em Encantado/Teutônia (RS), 33% em Coronel Freitas (SC) e 16,6% em Santo Antônio da Platina (PR). Em Vitor Meirelles/Witmarsum (SC) nenhum beneficiário do BT possui telefone, pois as empresas de telefonia celular não atendem o município, o que também interfere nos percentuais dos demais municípios.

Os percentuais de entrevistados que possuem forno elétrico/microondas (37% do total) também variam de acordo com o município pesquisado. São 82,8% em Vitor Meirelles/Witmarsum (SC), 56% em Encantado/Teutônia (RS), 36,6% em Coronel Freitas (SC), 30% em Pelotas (RS), 10% em Tenente Portela (RS) e 6,6% em Santo Antônio da Platina (PR). Verifica-se, mais uma vez,

um acesso menor nos dois últimos municípios que também são os que possuem o nível de renda mais baixo.

Quando questionados como consideravam o período atual em relação ao anterior ao Banco da Terra, 86,7% afirmaram ter melhorado, 3,9% não percebem mudanças, 10% consideram ter piorado a situação e 3,9% não responderam ou não souberam responder. Em um extremo, em Vitor Meirelles/Witmarsum (SC) todos responderam ter melhorado e em Tenente Portela (RS) 76,7%. Em Santo Antônio da Platina (PR), apesar das particularidades dos beneficiários do local, 90% afirmaram ter melhorado a situação após a entrada no programa.

## 5 FATORES QUE INTERFEREM NA CAPACIDADE DE PAGAMENTO

### 5.1 Perfil de Entrada e Patrimônio Inicial

Praticamente todos os entrevistados (97%) afirmaram ter experiência com a agricultura quando ingressaram no programa, seja na condição de agricultor, seja na condição de trabalhador rural. Atualmente, a experiência média é de 29 anos.

A caracterização do perfil de entrada dos beneficiários consistiu em identificar, dentre outras coisas, se as características iniciais interferem nos resultados econômicos atuais. A principal característica encontrada entre os beneficiários do Banco da Terra diz respeito à relação anterior com a agricultura. Optou-se por classificá-los entre agricultores e não-agricultores, considerando-se ser a diferença que permitiria identificar outras características (nível patrimonial, inserção no mercado, etc).

Com o objetivo de analisar as diferenças do perfil de entrada dos beneficiários, foram comparados os indicadores econômicos entre os beneficiários que eram agricultores e produziam para comercializar antes do programa Banco da Terra e os que não eram agricultores e estavam em outra condição. A Tabela 12 apresenta informações que permitem identificar características particulares aos agricultores e não-agricultores quando ingressaram no programa. Com base nas informações apresentadas, verificam-se diferenças nos principais indicadores (VBP, renda agrícola, patrimônio) em função dessa variável.

A evolução média do VBP foi de 63%, conforme apresentado anteriormente. Entretanto, considerando apenas os que já eram agricultores (proprietários, arrendatários), o VBP passou de R\$ 14,9 mil para R\$ 20,5 mil, um aumento de 36,7%. Isso indica que o programa viabilizou a aquisição de terras a agricultores que, na sua maioria, já possuíam relações com o mercado.

Conforme verificado anteriormente, há diferença no VBP, renda agrícola e patrimônio atual em relação ao perfil de entrada. Ou seja, quem já produzia para o mercado normalmente possuía infra-estrutura produtiva e canais de comercialização, diferentemente de quem estava na condição de trabalhador rural. Isso influenciou nos resultados econômicos atuais dos beneficiários do Banco da Terra. Embora uma parte dos beneficiários não possuísse terra, outra parte já estava altamente integrada ao mercado (suínos, leite).

Alguns beneficiários do programa já residiam na propriedade que adquiriram ou nas proximidades, seja na condição de arrendatário, seja como pequeno proprietário. Pressupõe-se, nesse caso, uma certa organização do sistema produtivo e também das relações com o mercado. Praticamente todos os entrevistados dos municípios de Vitor Meirelles e Witmarsum se encontravam nessas condições, ou seja, eram arrendatários ou pequenos proprietários e produziam fumo em sistema de integração com as indústrias fumageiras.

*Tabela 12 – Situação dos Beneficiários, de acordo com o perfil de entrada no Banco da Terra*

<b>Indicador</b>	<b>Não-Agricultores<sup>1</sup> (a)</b>	<b>Agricultores<sup>2</sup> (b)</b>	<b>Diferença % (b/a)</b>
Renda agrícola	6.078,42	9.394,98	55
VBP atual	11.662,20	20.500,38	76
VBP anterior	-	14.986,64	-
RNA atual	2.333,61	1.318,07	-44
RNA anterior	3.292,20	929,64	-72
Patrimônio atual	10.439,52	14.833,11	42
Patrimônio inicial	420,73	3.367,91	700
DMF	5.808,95	6.028,38	4
Área própria	12,37	13,49	9
Dívida total (exceto BT)	8.129,02	8.788,34	8
Número de investimentos	3,88	4,66	20
Bovinos anterior	0,51	5,90	1.057
Bovinos atual	7,29	8,54	17
Área própria anterior	-	1,35	-
Área própria atual	12,37	13,49	9
Área arrendada anterior	-	4,96	-
Área arrendada atual	0,64	1,86	191

Fonte: Deser: tabulações da pesquisa.

<sup>1</sup>Total: 41 não-agricultores.

<sup>2</sup>Total: 140 agricultores.

Outros beneficiários, entretanto, tiveram que organizar os projetos produtivos e estabelecer relações com o mercado. Alguns passaram a residir na propriedade ou começaram a produzir um certo tempo após o contrato de financiamento, seja porque a área estava sendo ocupada com cultivos do proprietário anterior<sup>18</sup> (por exemplo, cana-de-açúcar), ou porque os entrevistados

<sup>18</sup> Quando isso ocorreu, houve acordo entre o beneficiário, o Conselho e a agência do Banco do Brasil para prorrogar a data de vencimento da primeira parcela, no sentido de evitar prejudicar o beneficiário.

havia substituído o primeiro beneficiário do programa, em virtude de desistência<sup>19</sup>. Em todos os municípios entrevistados houve casos de desistência e substituição de beneficiários. Mas esses casos são predominantes em Santo Antônio da Platina (PR), onde em um dos assentamentos em torno da metade dos 47 lotes adquiridos com recursos do programa Banco da Terra foram transferidos.

## 5.2 Os Produtos Agrícolas e os Sistemas de Produção

A escolha dos projetos produtivos (produtos agrícolas e pecuários) dos beneficiários é feita em função do mercado consumidor, da localização e da relação com as agroindústrias, das condições de solo e clima, da disponibilidade de área e de capital para investimento, dos incentivos da política agrícola, da experiência do beneficiário do programa com determinados produtos agrícolas, do apoio da assistência técnica e da combinação dos sistemas de produção, que permitam otimizar o trabalho e os recursos naturais e econômicos.

O Quadro 6 apresenta o número de estabelecimentos agropecuários, de acordo com o principal produto agrícola, o VBP e os municípios pesquisados. Para o conjunto dos municípios, os principais produtos em termos de importância no VBP são: fumo, leite, milho, algodão e soja.

*Quadro 6 – Número de Estabelecimentos, de acordo com o principal produto*

Produto	Cel. Freitas		Santo A. Platina		Encantado/ Teutônia		Pelotas		Vitor M./ Witmarsum		Tenente Portela		Total	
	Nº Estab.	%	Nº Estab.	%	Nº Estab.	%	Nº Estab.	%	Nº Estab.	%	Nº Estab.	%	Nº Estab.	%
Fumo	9	30,0	-	-	8	25,0	15	50,0	29	100,0	4	13,0	65	36,0
Leite	9	30,0	-	-	16	50,0	4	13,0	-	-	8	27,0	37	20,0
Milho	6	20,0	13	43,0	1	3,0	-	-	-	-	2	6,7	22	12,0
Algodão	-	-	11	37,0	-	-	-	-	-	-	-	-	11	6,1
Soja	-	-	-	-	-	-	4	13,0	-	-	7	23,0	11	6,1
Suínos	3	10,0	-	-	3	9,0	-	-	-	-	4	13,0	10	5,5
Bovinos	1	3,0	-	-	1	3,0	1	3,3	-	-	3	10,0	6	3,3

Fonte: Deser: tabulações da pesquisa.

<sup>19</sup> Alguns casos de substituição foram devidamente informados ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e outros foram transferências informais.

Em Coronel Freitas (SC), onde o VBP médio na safra 2004/05 foi de R\$ 22,9 mil, destaca-se a produção de fumo, leite e milho. Em Encantado/Teutônia (RS), o VBP médio foi de R\$ 20,6 mil, destacando-se o leite e fumo como principais produtos. Os municípios de Santo Antônio da Platina (PR) e Tenente Portela (RS) apresentaram as menores médias de VBP na safra 2004/05 (ambos em torno de R\$ 10 mil). Em Santo Antônio da Platina, a maior parte dos produtores pesquisados dedica-se à produção de milho e algodão e, em Tenente Portela (RS), leite e soja. É importante ressaltar que nesses municípios a área adquirida foi menor em relação às demais regiões. Em Santo Antônio da Platina (PR), a maior parte dos beneficiários implantou a cultura do café, que pode gerar maior valor agregado que os cultivos atuais, mas a produção ainda não teve início.

Em Vitor Meirelles/Witmarsum (SC) e Pelotas (RS), o fumo é o principal produto cultivado nos estabelecimentos pesquisados. Esses dois municípios foram os que apresentaram o maior VBP na safra 2004/05 (R\$ 33 mil e R\$ 23,8 mil, respectivamente).

Em relação à produção de fumo, cabe fazer alguns comentários. Nos estabelecimentos em que é produzido, geralmente é o produto de maior importância na composição do VBP, demandando grande parte das horas de trabalho da família. Os produtores de fumo, em sua maioria, trabalham em sistema de integração com as empresas fumageiras. Através desse sistema, os produtores têm a garantia de compra de toda a produção, além de facilidades na obtenção de financiamentos (as empresas atuam como avalistas das operações de crédito), o que não ocorre com outros cultivos. Dos 65 fomicultores entrevistados, 44 já produziam fumo antes de obterem o financiamento do Banco da Terra. Nesse caso, a mudança ocorrida foi o fato de deixarem de pagar arrendamento e passarem a produzir em terras próprias, mantendo o sistema de integração com as indústrias fumageiras.

O Quadro 7 apresenta a distribuição dos estabelecimentos agropecuários pesquisados segundo a faixa de VBP e o principal produto agrícola.

O fumo é o principal produto em 36% do total dos estabelecimentos pesquisados e é o que apresenta os maiores valores de VBP. Em 80% dos estabelecimentos que produzem fumo o VBP situa-se entre R\$ 15 mil e R\$ 28 mil. O fumo é produzido com base em técnicas e tecnologias de produção padronizadas. O que permite uma diferenciação no VBP dos beneficiários é, principalmente, o tipo de fumo produzido (galpão ou estufa). O fumo de estufa (Virgínia) possui maior valor de mercado e o volume de produção é maior que o de galpão.

Dentre os produtores que têm a cultura do fumo como o produto mais importante, o segundo produto de maior importância geralmente é milho ou leite. Já a soja costuma apresentar-se acompanhada da produção de leite. O milho é um cultivo presente na maioria das propriedades, cuja produção é destinada tanto para o mercado como para a alimentação animal. Os sistemas de produção associados ao milho são diversos, mas os mais comuns são: milho e fumo, milho e leite, milho e feijão.

*Quadro 7 – Número de Estabelecimentos, segundo a faixa de VBP<sup>20</sup> e os principais produtos*

	Valor Bruto de Produção Anual (R\$)							
	≤ 6.725,00		6.725,01 - 15.395,00		15.395,01 - 28.410,00		> 28.410,01	
Produto	Nº Estab.	%	Nº Estab.	%	Nº Estab.	%	Nº Estab.	%
Fumo	3	4,6	10	15,4	21	32,3	31	47,7
Leite	12	32,4	10	27,0	7	18,9	8	21,6
Milho	12	54,5	8	36,4	2	9,1	-	-
Algodão	1	9,1	5	45,5	3	27,3	2	18,2
Soja	7	63,6	3	27,3	1	9,1	-	-
Suínos	-	-	2	20,0	6	60,0	2	20,0
Bovinos	3	50,0	2	33,3	-	-	1	16,7
Outros	11	-	9	-	11	-	4	-

Fonte: Deser: tabulações da pesquisa.

A divisão em faixas permite identificar que, em 25% dos casos, o VBP anual era menor de R\$ 6,7 mil e, em 50% dos casos, inferior a R\$ 15,3 mil. Pode-se afirmar que os estabelecimentos cujo VBP anual era de menos de R\$ 6,7 mil não teriam condições de pagar as parcelas do financiamento do Banco da Terra, já que desse valor são deduzidos ainda os custos de produção e as despesas de manutenção familiar, além de outras dívidas da família, principalmente o Pronaf “A”.

Os produtos agrícolas e os projetos produtivos demandam diferentes quantidades de trabalho e de capital e tendem a gerar diferentes resultados econômicos. Já que os beneficiários do programa, a princípio, possuem pouco capital disponível para investir em seus projetos produtivos, as atividades que demandam muito trabalho, e onde a produtividade média do trabalho é baixa, tendem a produzir resultados econômicos melhores, como é o caso da fumicultura.

No caso do milho é necessário ressaltar uma particularidade. Na maioria das vezes ele é utilizado para a alimentação animal no estabelecimento. Assim, o valor agregado tende a ser menor do que seria caso todo o produto fosse comercializado na sua forma natural. De qualquer forma, é um produto importante e ocupa uma área significativa em todas as regiões de atuação do projeto. As

<sup>20</sup> As faixas de VBP foram definidas a partir da separação dos questionários em 4 quartis, que representam 25% da amostra, ou seja, 25% dos entrevistados possuíam VBP de até R\$ 6.725,00.

tecnologias utilizadas na produção do milho são diversas, desde o cultivo manual e sem agroquímicos até os cultivos totalmente mecanizados e com alto grau de utilização de agroquímicos.

A soja foi comercializada a preços bem mais baixos do que nos anos anteriores. A maioria dos beneficiários do programa produziu menos de 100 sacas no último ano-safra. Uma parte deles utiliza apenas o trabalho manual para o cultivo, quando quase toda soja brasileira é produzida mecanicamente. Apesar dos preços favoráveis em alguns anos, a tendência indica que, em virtude da mecanização, que possibilita aumentar a produtividade do trabalho, e da elevação dos custos de produção, os resultados econômicos ao longo dos anos tendem a decrescer. Entretanto, nenhum dos sistemas produtivos está alheio ao desenvolvimento tecnológico e à dinâmica da conjuntura de mercado, o que pode alterar a produtividade do trabalho e a renda agrícola.

### **5.3 Área de Terra Disponível**

Entre os beneficiários do Banco da Terra, verificou-se que a área média adquirida ficou abaixo da área média dos municípios em que estão localizados. Em Santo Antônio da Platina (PR) e Tenente Portela (RS), os beneficiários adquiriram áreas inferiores a 10 hectares (9,4 e 7,9 hectares, respectivamente). Nesses municípios predominam produtos de baixo valor agregado por unidade de área (soja, algodão), o que traz dificuldades aos agricultores. É muito difícil que esses agricultores possam obter uma renda adequada a partir de produtos cultivados extensiva e mecanicamente. Em Santo Antônio da Platina (PR), a maioria dos beneficiários implantou a cultura do café que, embora não tenha começado seu ciclo produtivo, pode garantir melhorias no nível de renda das famílias. Em Tenente Portela (RS), a produção de carnes pode se constituir em alternativa, entretanto, exige alto investimento de capital.

Apesar do patrimônio fundiário dos beneficiários ter se valorizado após o financiamento do Banco da Terra (245%, em média), vale considerar que o mesmo não se constitui necessariamente em uma vantagem econômica, já que a terra é um fator de produção do qual os agricultores não podem se desfazer, a não ser que deixem de ser agricultores.

A Tabela 13 apresenta uma simulação de necessidade de valor agregado por unidade de área disponível, segundo o preço da terra. Para isso, considerou-se o teto de financiamento de R\$ 40 mil, renda exclusivamente agrícola e uma despesa de manutenção familiar anual de R\$ 4,5 mil. Para o cálculo da área disponível, retirou-se 20% da área adquirida para reserva legal e 0,5 hectare para a sede da propriedade (residência e instalações). Verifica-se que, quanto mais alto for o preço da terra, menor será a área disponível para o cultivo e maior a restrição de escolha de cultivos, já que estes deverão gerar um alto valor agregado por unidade.

*Tabela 13 – Simulação de Valor Agregado (VA) Necessário por Unidade de Área Disponível, segundo o preço da terra*

Preço da Terra (R\$)	Área Total (ha)	Área Disponível (ha)	DMF + Financiamentos	VA/Área
2.500	16,0	12,3	7.000	569,10
5.000	8,0	5,9	7.000	1.186,44
10.000	4,0	2,7	7.000	2.592,59
20.000	2,0	1,1	7.000	6.363,64
30.000	1,3	0,6	7.000	7.000,00
40.000	1,0	0,3	7.000	7.000,00

Fonte: Deser: simulação de dados.

Mão-de-obra e terra são dois fatores que, juntamente com o capital disponível e o mercado, combinam-se na definição dos sistemas produtivos adotados pelos agricultores familiares. Por exemplo, a opção pelo cultivo do fumo é definida a partir da avaliação familiar da mão-de-obra e da quantidade de terra disponível. Se a família possui uma área de terra pequena e deseja obter uma renda agrícola melhor em relação aos cultivos extensivos, necessariamente terá que optar por atividades intensivas na utilização do trabalho, como é o caso do fumo, das hortaliças, suínos e aves. Outros fatores também terão seu peso, como é o caso da preocupação com a saúde ou o dinheiro disponível para os primeiros investimentos. São aspectos que devem ser considerados quando se pensa em uma alternativa ao cultivo do fumo, por exemplo. A propriedade da terra passa a ocupar um papel fundamental, já que é um fator de produção.

Não se pretende afirmar que áreas menores não se viabilizariam através de um programa de crédito fundiário, mas sim que poderá ocorrer restrições quanto à escolha de produtos, já que deverão gerar um alto valor agregado por unidade de área. O beneficiário tem menos possibilidades de escolher entre atividades intensivas ou extensivas, ou em capital, ou em trabalho. Outra restrição que poderá ocorrer se refere à disponibilidade de capital necessário à infra-estrutura produtiva. Muitas vezes, as atividades intensivas em trabalho também são intensivas em capital. Cabe avaliar se as políticas de financiamento estariam adequadas para esse fim.

#### **5.4 Assistência Técnica**

De acordo com os resultados da pesquisa, 76,8% dos entrevistados declararam receber assistência técnica. Mais da metade (51,4%) afirmou receber assistência técnica de empresas públicas (Emater e Epagri), 24,3% de empresas integradoras, 11% de cooperativas de produção, 8,3% de técnicos da secretaria municipal de agricultura, 1,7% de particulares e 5% de outros. Como se

tratava de uma questão de múltipla escolha, verifica-se que uma parte dos entrevistados recebeu assistência técnica de mais de um agente, público ou privado.

Quando questionados sobre em que a assistência técnica havia ajudado, 71,4% afirmaram ter contribuído para resolver um problema técnico na produção, 36,4% para elaborar o projeto de financiamento, 12,9% para a comercialização, 5% para a organização, 3,6% para a transformação de produtos e 15% em outro aspecto.

Entre os que não receberam assistência técnica, segundo o município pesquisado, foram 36,7% em Coronel Freitas (SC), 27,6% em Vitor Meirelles/Witmarsum (SC), 36,7% em Tenente Portela (RS), 33,3% em Pelotas (RS), 3,3% em Santo Antônio da Platina (PR) e 3,3% em Encantado/Teutônia.

*Tabela 14 – Acesso à Assistência Técnica*

<b>Tipo de Assistência</b>	<b>Nº de Casos</b>	<b>%</b>
Emater/ Epagri	93	51,4
Empresas integradoras	44	24,3
Cooperativa de produção	20	11,0
Sec. Municipal de Agricultura	15	8,3
Outro	9	5,0
Assistência técnica particular	3	1,7
Não recebeu assistência	42	23,2

Fonte: Deser: tabulações da pesquisa.

Faz-se necessário considerar que os pesquisados apresentam diferentes noções do que realmente é assistência técnica. Mais de um terço dos beneficiários entrevistados produzem fumo e estão integrados às indústrias fumageiras, das quais recebem assistência técnica, porém uma parte dos mesmos não a considerou. Isso porque grande parte dos agricultores conhece todas as técnicas de produção ligadas à fumicultura (até mais que os próprios técnicos, algumas vezes) e a visita do técnico se restringe mais às questões contratuais de que às produtivas.

Considerando a própria definição de assistência técnica dos pesquisados (se é suficiente uma visita de um técnico ou se faz necessário um acompanhamento constante com resultados efetivos), pode-se afirmar que a assistência técnica constitui uma ferramenta importante, mas o seu resultado vai depender de outros fatores, principalmente do nível de integração do produtor com o mercado. A assistência técnica, por si só, não é suficiente para garantir melhorias no nível de renda. Um outro aspecto a ser considerado é o perfil de entrada do beneficiário. A assistência técnica tende a ser mais importante para os trabalhadores rurais que desconhecem as formas de produzir e os procedimentos para acessar os programas de políticas públicas, enquanto aqueles que já são agricultores e estão integrados ao mercado normalmente demonstram possuir um certo conhecimento a respeito de ambos os assuntos.

Na agricultura, a adoção de novas tecnologias e máquinas vem permitindo padronizar processos produtivos e produtos. Para a produção de aves, por exemplo, os agricultores obtêm da indústria a alimentação pronta e são orientados sobre determinados cuidados sanitários. Possuem o domínio do processo produtivo, mas não o conhecimento que está por detrás das tecnologias que utilizam, pois este se situa em diferentes áreas (agronomia, zootecnia, genética, informática, climatologia, etc.). Nesse contexto, a noção e as funções de assistência técnica são modificadas. Se, de um lado, alguns processos se simplificam, de outro lado, outros se tornam mais complexos e exigem conhecimentos específicos em diversas áreas, produtos e processos produtivos. É uma dificuldade que normalmente se coloca mais presente aos técnicos de organizações públicas que necessitam atender todos os agricultores de um município, por exemplo, cujas realidades são distintas.

## 5.5 Políticas Públicas

Os beneficiários do programa poderiam acessar políticas específicas dos governos federal, estadual e municipal. Além do próprio financiamento para aquisição da terra, os beneficiários poderiam acessar o Pronaf A, destinado à infra-estrutura produtiva e o Pronaf Custeio, além de recursos para infra-estrutura básica.

Os recursos para infra-estrutura básica se destinavam aos projetos com deficiência nessa área. Na maioria das vezes eram projetos coletivos, pois os projetos individuais, ao menos na região Sul, geralmente eram dotados de infra-estrutura básica. O presidente de uma associação localizada no município de Santo Antônio da Platina (PR) manifestou que o “assentamento” de que faz parte não recebeu financiamento para infra-estrutura. De acordo com essa liderança, houve necessidades de utilizar parte dos recursos do Pronaf A para infra-estrutura básica, em virtude do segundo não estar disponível. Verificou-se que as residências dos beneficiários desse assentamento eram, na sua maioria, inacabadas e feitas com material de baixo custo. O preço elevado da terra no município pode ter limitado o acesso ao financiamento para infra-estrutura, já que consta dentro do teto de financiamento. O fato de terem sido definidos sub-tetos (abaixo dos R\$ 40 mil), que se reduziram ano após ano, com a finalidade de atingir um número maior de beneficiários com o mesmo recurso, agravaram essa situação.

Outra política que os beneficiários podem acessar é o Pronaf, criado em 1995<sup>21</sup>, a partir de reivindicações de organizações de agricultores familiares que reclamavam a falta de um programa de financiamento que os atendesse adequadamente. Seu alcance foi significativamente ampliado ao longo desses dez anos. No ano safra 1995/96, o programa realizou 33.227 contratos de financiamento para custeio e investimento. Na safra, 2004/05, a previsão é de que atinja 1,57 milhão de contratos. Em 1995, ano da implementação, o Pronaf estava baseado unicamente no crédito. Atualmente possui outras linhas de ação, embora o crédito continue sendo a principal.

O Pronaf se propõe a fortalecer a agricultura familiar como categoria social, mediante apoio financeiro (financiamento para custeio e investimento de atividades agrícolas), capacitação e

---

21 Em 1994 foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP. Um número pequeno de projetos foi financiado por esse programa que sofreu modificações e se transformou, no ano seguinte, no PRONAF.

apoio à infra-estrutura social e econômica de municípios e regiões fortemente caracterizados pela agricultura familiar. Embora seja um programa de fortalecimento da agricultura familiar, a maior parte de seus esforços e resultados estiveram concentrados no crédito desde a sua criação. Entretanto, cabe destacar que, nos dois últimos anos, o governo federal passou a desenvolver novas ações, principalmente na área de comercialização (estoques, compras, garantia de preços mínimos), assistência técnica, extensão rural e seguro agrícola.

Atualmente, o público-alvo do programa são os agricultores familiares que possuem as seguintes características:

- a) possuem parte da renda familiar proveniente da atividade agropecuária, variando de acordo com o grupo em que o beneficiário se classifica (30% no grupo B, 60% no grupo C, 70% no grupo D e 80% no grupo E);
- b) detêm ou exploram estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais, ou até seis módulos quando se tratar de atividade pecuária;
- c) exploram a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário;
- d) utilizam mão-de-obra predominantemente familiar;
- e) residem no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- f) possuem renda bruta familiar de até R\$ 60 mil por ano;
- g) pescadores artesanais, pequenos extrativistas e pequenos aqüicultores se incluem no público-alvo do Pronaf.

Considerando-se os limites de renda bruta e do valor financiado por grupo ou o valor do financiamento do Pronaf em relação ao VBP da agricultura familiar, verifica-se que o crédito do Pronaf financia parcialmente a agricultura familiar. Por exemplo, no grupo D os limites da renda bruta variam entre R\$ 14 mil e R\$ 40 mil e o limite de financiamento para esse grupo é de R\$ 6 mil. Considerando que o beneficiário tomaria o valor limite (R\$ 6 mil), os custos de produção deveriam ser de no máximo 35% no caso de menor renda bruta e 15% no de maior. Como normalmente os custos variáveis de produção tendem a ficar bem acima desses percentuais, os agricultores lançam mão do autofinanciamento ou recorrem a outras fontes de financiamento.

Embora seja um programa nacional, nos primeiros anos a maior parte dos recursos foi aplicada no Sul do país, devido a um conjunto de motivos: os agricultores familiares eram mais integrados aos mercados e dependiam da aquisição de insumos agrícolas para garantir a produção; a estrutura de divulgação e operacionalização montadas pela assistência técnica oficial e pelo movimento sindical; pressão do movimento sindical junto ao governo e aos bancos; existência de uma rede bancária bem mais distribuída pelos municípios em relação às demais regiões; existência da assistência técnica pública na maioria dos municípios (Emater e Epagri); surgimento do cooperativismo de crédito; a fonte de recursos (Tesouro Nacional) que garantia maior facilidade para operacionalizar os financiamentos e o fato das empresas integradoras de

fumo (nos anos em que o Pronaf financiou essa atividade), terem avalizados os financiamentos, facilitando as operações de crédito, etc.

A grande maioria dos pesquisados (88,4%) afirmou ter acessado financiamento de investimento do Pronaf A. Na época, o valor limite do financiamento era de R\$ 12 mil por beneficiário que dava direito a 40% de rebate caso o pagamento fosse feito até a data do vencimento. Trata-se de um subsídio importante. A maior parte do patrimônio produtivo dos beneficiários foi adquirido a partir do financiamento do Pronaf A, cujo prazo para reembolso varia de acordo com o que o projeto técnico indicar, mas que na prática se situa em torno do prazo limite de 8 anos, sendo três de carência.

No Sul do Brasil, o Pronaf Custeio é uma política destinada à agricultura familiar quase universalizada, na maioria das regiões não há dificuldades dos agricultores familiares em acessá-la. Atualmente, o Pronaf não custeia a fomicultura, o que retira em torno de um terço dos pesquisados como possíveis beneficiários, entretanto podem acessar outras linhas de financiamento do crédito rural, normalmente mediado pelas indústrias junto aos bancos. Em virtude dessa restrição e do fato de ter se perguntado se os beneficiários haviam acessado o Pronaf Custeio em todos os anos, apenas 38,8% dos pesquisados responderam afirmativamente. As dificuldades dos beneficiários em relação à política podem se dar nos primeiros anos por desconhecimento da política e de seu funcionamento ou por algum tipo de restrição legal.

Uma parte dos beneficiários afirmou ter acessado políticas públicas dos governos estaduais e municipais. Da parte das políticas estaduais, o benefício normalmente tinha origem em uma política do governo estadual: RS Rural, no Rio Grande do Sul; Projeto Microbacias, em Santa Catarina; e Paraná 12 meses, no Paraná. Todos esses programas foram desenvolvidos com apoio do Banco Mundial. O tipo de apoio varia de acordo com o escopo de cada um dos programas estaduais. No Paraná, por exemplo, permitia, dentre outras coisas, a aquisição de equipamentos para associações. Alguns beneficiários afirmaram ter recebido calcário e horas-máquina para construção de açudes.

Da parte dos governos municipais, houve um empenho, inclusive das associações de municípios, para viabilizar o Banco da Terra. No Rio Grande do Sul, por exemplo, estado que mais concentrou financiamentos, as associações de municípios, com apoio do governo estadual, criaram instâncias exclusivas para tratar do Banco da Terra. Entretanto, esse foi o maior esforço dos municípios para com os beneficiários do programa, até porque a capacidade dos municípios em fazer política agrícola/rural é menor que a dos governos federal e estadual.

Além da política agrícola, os pesquisados poderiam ter acesso a outras políticas, como as transferências sociais (Bolsa Família) e previdência. Verificou-se que a previdência era a fonte mais importante em termos de rendas não-agrícolas, representando 46,8% do total, e as transferências sociais participavam com 7,1%.

Considerando tais políticas, alguns entrevistados afirmaram ter passado por muitas dificuldades no primeiro ano, inclusive fome, já que não obtiveram renda agrícola ou a renda foi pequena pelo fato dos projetos produtivos estarem em processo de instalação. Normalmente isso ocorria entre

os trabalhadores rurais que mudavam quase que totalmente a sua fonte de renda, deixando seus empregos para se dedicar à agricultura; talvez um aspecto que deva ser levado em consideração em um programa de crédito fundiário. Os trabalhadores rurais são um público que, por suas características, merecem ainda mais atenção do poder público, por meios de diversas formas de assistência técnica e financeira.

### **BOX 1: Agricultura Familiar e a Política Agrícola**

Os mecanismos que a política agrícola pode utilizar são diversos: crédito, garantia de preços mínimos, garantia de compra, seguro agrícola, assistência técnica, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, isenção de tributos à exportação, saúde animal e vegetal, outras formas de subsídio aos preços e à renda, etc. A política agrícola pode contribuir para induzir mudanças na agricultura e em outros setores da economia de um país. Apesar de os resultados não ficarem alheios à conjuntura do mercado nacional e internacional, as mudanças provocadas por políticas agrícolas podem ser das seguintes ordens:

1. reduzir as instabilidades provocadas pelo mercado e clima;
2. favorecer o investimento nas atividades agrícolas;
3. elevar a produção e a produtividade agrícola;
4. reduzir os custos de produção por unidade de mercadoria produzida (kg ou saca), devido à redução no custo do crédito e da assistência técnica, ao uso de novas tecnologias de produção e máquinas que aumentam a produtividade do trabalho, etc;
5. reduzir os custos dos alimentos ao consumidor final. O mesmo pode acontecer com os demais produtos agrícolas e florestais: fibras, energia (álcool, biodiesel) e madeira;
6. democratizar o acesso ao crédito e às tecnologias entre os que têm dificuldade de acesso através dos mecanismos normais, facilitando sua inserção no mercado;
7. fazer frente à concorrência dos produtos agrícolas importados, mediante a redução dos custos de produção provocados pela própria política agrícola, através de barreiras tarifárias à importação e isenção de impostos à exportação;
8. promover o desenvolvimento de determinados produtos agrícolas e técnicas de produção, que dependerá dos incentivos da política e do mercado;
9. facilitar, pela disponibilidade de crédito, o acesso aos insumos e tecnologias colocados no mercado (adubos químicos, agrotóxicos, etc);
10. facilitar a organização de cadeias produtivas, favorecendo também as indústrias;
11. elevar a renda das famílias através do aumento da produção destinada à comercialização;
12. diversificar as atividades rurais, estimulando atividades não-agrícolas ou parcialmente agrícolas (agroindústrias, turismo, etc);

13. promover a segurança alimentar - haverá necessidade de certos incentivos, pois do contrário pode contribuir para estimular apenas alguns produtos que possuem conjuntura de mercado mais favorável (soja, por exemplo);

14. transferência de renda - nesse caso encontram-se os créditos com níveis de abatimento alto aos agricultores de baixa renda (Pronaf B, por exemplo, embora também estimule a produção);

15. desenvolver outros setores da economia (indústria e serviços).

A existência de política agrícola poderá contribuir para as mudanças apresentadas. No entanto, não oferece a garantia de:

1. conter a redução dos preços dos produtos agrícolas. A maior estabilidade, o aumento da produção e produtividade e a redução dos custos provocada pela política normalmente contribuem para a redução dos preços;

2. manter ou elevar a renda agrícola. Mesmo que uma parte dos agricultores eleve ou mantenha sua renda, a tendência geral da agricultura é reduzir sua participação no Produto Interno Bruto (PIB);

3. democratizar o acesso à terra. Devido ao fato de gerar maior estabilidade na agricultura, ajuda a promover a elevação do preço, dificultando a aquisição por quem não possui;

4. conter a redução da população ocupada na agricultura. Ao contrário, pode contribuir para estimular a redução e até o próprio êxodo rural. No que se refere ao êxodo, poderá acontecer em níveis menores se as pessoas se ocuparem em outras atividades no meio rural. Os avanços na área de transportes e comunicação e a opção de algumas indústrias em interiorizar suas unidades produtivas para reduzir custos de produção têm contribuído para isso;

5. conservação dos recursos naturais. A existência de crédito e a elevação do preço da terra podem promover uma pressão maior sobre os recursos naturais, mediante o desmatamento, drenagem, etc;

6. segurança alimentar e produção para o consumo familiar. Os produtos com preços melhores tendem a ser os mais cultivados e os agricultores podem optar por produzir mais para o mercado e relegar a produção para o consumo familiar;

7. evitar a diferenciação social. Os aspectos apontados anteriormente indicam que a diferenciação social entre os agricultores poderá continuar ocorrendo com a existência de políticas agrícolas, já que alguns tenderão a se integrar no mercado de determinados produtos agrícolas e se capitalizar, e outros não.

## 5.6 Relação com a Terra e Projeto Familiar

Para os beneficiários do programa Banco da Terra, na maioria das vezes, a terra é entendida como um local de produção para o consumo familiar e para o mercado, e como um lugar de moradia. Isso pôde ser evidenciado durante a realização das entrevistas, em declarações de beneficiários que diziam: “agora posso morar no que é meu”. Há casos também de membros da família (geralmente os filhos) que residiam na sede dos municípios e que transferiram a residência para o estabelecimento após a aquisição das terras pelos pais.

Dentre os que pagavam arrendamento, o programa representava a possibilidade de poderem se tornar proprietários da terra em que trabalhavam, pagando uma prestação com valor igual ou até inferior ao arrendamento<sup>22</sup>. Como é no estabelecimento rural que a maioria dos agricultores reside ou gostaria de residir, a propriedade da terra dá mais segurança quanto aos investimentos em infra-estrutura produtiva ou de moradia. Durante a realização da pesquisa, apareceu com muita frequência a declaração de que “hoje estou investindo no que é meu”.

Há casos em que o preço pago pelo estabelecimento rural foi o mesmo ou pouco superior ao que se pagaria por um lote urbano, o que viabilizou que outros membros da família (pais ou filhos) também fixassem residência no local e reduzissem seus custos com alimentação e moradia. Esses outros membros da família reuniram suas economias para viabilizar o pagamento de um valor extra pela terra, além do empréstimo do programa, para que o negócio ocorresse. É um caso de terra como lugar de residência, haja vista que os filhos continuam com rendas não agrícolas. Atualmente, para a maioria dos lugares no Sul do Brasil, está mais fácil manter residência rural e um trabalho urbano.

Além das condições que o programa Banco da Terra oferecia, a possibilidade de valorização fundiária contribuiu para que muitos procurassem adquirir uma área de terra. E essa valorização realmente ocorreu. Os beneficiários reconhecem o quanto sua área vale atualmente e o quanto já ganharam com a valorização fundiária. Alguns dizem que em hipótese nenhuma venderiam sua terra, no entanto, outros já admitem essa possibilidade. Alguns transferiram suas áreas para terceiros (oficialmente ou não) visando obter algum ganho com a valorização fundiária, mas, na maioria dos casos, isto ocorreu devido a mudanças no projeto familiar ou às dificuldades financeiras encontradas.

## 5.7 Condições climáticas

Os resultados econômicos de um ano agrícola podem interferir na capacidade de pagamento do crédito fundiário, seja contribuindo, seja dificultando. Se as condições climáticas forem favoráveis e os beneficiários do programa obtiverem produções elevadas e comercializarem com preços bons, isso poderá facilitar o pagamento dos empréstimos para o ano considerado e também para os anos seguintes. Se as condições climáticas e de mercado forem adversas, os resultados

---

<sup>22</sup> Apesar dessa informação não estar incluída no questionário, ficou evidenciado através dos depoimentos aos entrevistadores.

poderão ser opostos aos anteriores, podendo gerar endividamento e comprometer os resultados econômicos nos anos anteriores, assim como a própria capacidade de pagamento.

Os resultados econômicos dos beneficiários do Banco da Terra apresentados nesse estudo sofreram interferência negativa no ano safra 2004-05 em virtude da estiagem. Além da estiagem, os preços dos principais produtos agrícolas estiveram menores na safra considerada.

As intempéries climáticas na região Sul têm sido cada vez mais frequentes, sendo a estiagem por períodos prolongados fenômeno mais comum e que tem comprometido a produção agrícola. Apesar de uma ocorrência mais localizada, vendavais e chuvas de granizo são eventos climáticos que têm ocorrido com certa frequência. Nesses últimos anos, o Rio Grande do Sul foi o estado mais atingido por estiagens. De aproximadamente 700 municípios atingidos pela estiagem que afetou a safra agrícola 2004-05, mais de 430 localizam-se no Rio Grande do Sul.

Dos municípios aqui pesquisados, apenas Santo Antônio da Platina (PR) não decretou estado de emergência em virtude da estiagem. Todos os demais municípios pesquisados foram atingidos e os agricultores que tiveram redução de produção acima de 30% foram apoiados com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do seguro agrícola (Pronaf Mais) e da Bolsa Estiagem.

Os programas de seguro agrícola contribuem para minimizar os prejuízos decorrentes da estiagem. Por isso, ações dessa natureza, enquanto instrumentos de política agrícola, podem contribuir para melhorar a capacidade de pagamento do crédito fundiário, ainda mais quando se trata de agricultores que estão em processo de estruturação de suas unidades produtivas e possuem compromissos financeiros para os próximos anos agrícolas. Entretanto, os agricultores beneficiários do programa, mesmo com o seguro agrícola, estarão sujeitos aos efeitos das intempéries climáticas e há indicativos de que elas se tornem cada vez mais frequentes.

## **6 CAPACIDADE DE PAGAMENTO NO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO**

Com base na análise que aqui se fez, procuraremos traçar um paralelo entre as condições de pagamento no Banco da Terra – BT e no Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF. As mudanças ocorreram não somente entre um e outro programa, mas o próprio contexto, principalmente o preço da terra, modificou-se nesse período, interferindo na política.

### **6.1 Condições de pagamento no PNCF**

No que se refere às condições de pagamento, as principais mudanças no Programa Nacional de Crédito Fundiário em relação ao Banco da Terra foram:

- a) redução da taxa de juros de 6 a 10% ao ano para 3 a 6,5% ao ano. Em ambos os casos os juros variam de acordo com o valor financiado (taxas de juros mais baixas aos projetos com valores de financiamentos mais baixos);
- b) bônus de adimplência. No BT era de 50% da taxa de juros. No PNCF é de 15% sobre o valor da parcela. Pode-se acrescentar 5% de bônus adicional caso o beneficiário adquira o imóvel com mais de 10% de desconto em relação ao valor de referência;
- c) prazos. Era de até 20 anos, sendo até três anos de carência no BT, dependendo da indicação do projeto técnico. No PNCF é de 17 anos para financiamentos acima de R\$ 15.000,00 e 14 anos para financiamentos de até R\$ 15.000,00, sendo a carência de 2 anos.
- d) no PNCF a gestão da política inclui as organizações sociais (Sindicatos vinculados à FETRAF-SUL e à CONTAG). A intenção do governo e das organizações sociais era melhorar a eficiência e garantir maior controle social do programa;
- e) enquanto no Banco da Terra havia apenas uma linha de financiamento, no PNCF há três: Combate à Pobreza Rural (CPR), Nossa Primeira Terra (NPT) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF). Nos dois primeiros os investimentos destinados à infra-estrutura básica não são reembolsáveis. A linha NPT é nova, mas a CPR existia enquanto um Projeto específico, embora não atendesse a região Sul;
- f) a meta do número de beneficiários do PNCF é de 50.000 em três anos, enquanto que foram beneficiados 34.500 no período de vigência do BT (a contratação de projetos se concentrou entre 2000 e 2003). Entretanto, deve-se considerar que o CPR existia enquanto programa específico e atualmente compõe o PNCF.

Uma simulação de empréstimo, com base no simulador da Secretaria de Reordenamento Agrário, indica que no PNCF o valor total a ser pago, sem considerar o bônus adicional, é um pouco inferior ao BT. Para um empréstimo de R\$ 40.000,00 é 16,5% inferior ao BT. Nesse caso, o beneficiário pagaria R\$ 42.034,00 (valor real considerando uma taxa de inflação anual de 4%).

Para um empréstimo de R\$ 30.000,00 o valor a ser pago seria R\$ 31.477,00, 2,9% inferior ao valor que seria pago no BT. Entretanto, no PNCF o período de carência é de 2 anos e o prazo de pagamento de até 17 anos, contra 3 anos de carência e 17 anos de prazo para pagamento no BT.

## 6.2 Preço da Terra e projetos produtivos

O preço da terra é uma variável importante a ser considerada no crédito fundiário, isso porque a existência de um teto de financiamento impõe limites no tamanho da área a ser adquirida, facilitando ou restringindo a escolha dos sistemas produtivos e podendo alterar a capacidade de pagamento. No que se refere ao preço da terra na região Sul, algumas considerações podem ser feitas:

a) de acordo com os beneficiários do BT, o preço da terra aumentou 245% em média entre a época na qual a adquiriram e atualmente. Entre os municípios pesquisados, os preços mais altos foram encontrados em Santo Antônio da Platina (PR) e Tenente Portela (RS), onde a soja é o principal produto agrícola e inflacionou o preço da terra nesses últimos três anos;

b) Atualmente, mantido o teto do valor do financiamento, a quantidade de área adquirida seria bem menor em relação ao BT;

c) a opção de escolha de atividades menos intensivas (em trabalho ou capital) se reduz com o preço da terra alto. Para quem adquire uma área pequena (3 ou 4 hectares, por exemplo), a alternativa é gerar maior renda por unidade de área para possibilitar o pagamento do empréstimo do crédito fundiário e as despesas de manutenção familiar.

d) na região Sul, os possíveis beneficiários do NPT preferem utilizar todo o valor do financiamento para aquisição de terra, mesmo que os recursos destinados à infra-estrutura básica não sejam reembolsáveis. Isso se deve ao fato de que o teto de financiamento e o preço alto da terra limitaram o tamanho da área a ser adquirida e da expectativa de valorização fundiária;

e) produtos agrícolas com pouco valor agregado por unidade de área resultarão em um nível de renda mais baixo, o que dificulta a capacidade de pagamento;

f) atualmente, com base no teto de R\$ 40.000,00 de financiamento do PNCF, é nas regiões produtoras de soja onde são adquiridas as menores áreas de terra. Isso traz duas dificuldades: a soja tem pouco valor agregado e a área pequena restringe a escolha dos cultivos.

A soja, na região Sul, de uma certa forma tem regulado o preço da terra rural, ou pelo menos é o fator que mais contribuiu para elevação do preço nesses últimos anos. Com a queda nos preços da soja, verifica-se que o preço da terra também vem diminuindo, embora em uma proporção um pouco menor.

É provável que o preço da terra na região Sul continue sendo regulado pela soja, por se tratar do cultivo que ocupa maiores extensões de área. O preço da soja depende da demanda internacional

e da cotação do dólar. Outro fator que contribuirá para determinar o preço da terra será a possibilidade ou não da expansão para novas fronteiras agrícolas (Cerrado e Amazônia), o que torna a terra agrícola ou mais disponível ou mais escassa, alterando seu preço. O investimento público nas áreas de fronteiras agrícolas, como a construção de rodovias e portos, tende a exercer maior pressão sobre essas áreas. Enfim, o preço da terra será determinado pela conjugação desses diversos fatores.

### **6.3 Sugestões ao PNCF**

Considerando que havia, na região Sul, em outubro de 2005, 8.955 beneficiários com propostas de financiamento cadastradas no Sistema de Qualificação de Demanda (SQD) do PNCF e que o valor total de financiamento era de R\$ 356 milhões, verifica-se que o valor médio dessas propostas era de R\$ 39,8 mil, praticamente o mesmo do teto de R\$ 40 mil. Devido à elevação do preço da terra nesses últimos 4 ou 5 anos, em virtude principalmente dos altos preços da soja, a área a ser adquirida, apesar da elevação dos valores médios de financiamento, ficarão inferiores ao Banco da Terra.

A elevação do preço da terra traz mudanças significativas à política de crédito fundiário. Em Santa Catarina, por exemplo, em terras consideradas de primeira, de acordo com a classificação da Epagri, os beneficiários do PNCF adquirem atualmente 5 ou 6 hectares com o valor de R\$ 40 mil. Desta área é necessário retirar em torno de 1,5 ou 2 hectares para a sede e para a área destinada à preservação ambiental (preservação permanente e mata ciliar). Para não ficar com uma área reduzida, o beneficiário necessita lançar mão do autofinanciamento, com recursos de poupança ou mediante outra forma de financiamento do valor diferencial.

Apesar do financiamento para infra-estrutura básica não ser reembolsável, o desempenho do NPT na região Sul é fraco devido às maiores dificuldades em viabilizar as formas associativas em relação às individuais e ao fato de que os jovens preferem utilizar todo o valor do teto do financiamento para aquisição de terra (devido ao seu alto preço), em detrimento da infra-estrutura. Nem mesmo a obtenção do “selo NPT” na linha CAF, que não modifica a situação e as condições do beneficiário, foi suficiente para elevar o percentual. Para os beneficiários, o financiamento do Pronaf A poderia vir a suprir parte da necessidade de infra-estrutura.

Vale considerar que a aquisição de uma área pequena, caso o beneficiário não disponha de outra, implica em reduzir as alternativas de projetos produtivos, pois deverá gerar alto valor agregado/renda para que se consiga pagar as despesas de manutenção familiar e as parcelas do financiamento. Essas atividades serão intensivas ou em capital (avicultura, por exemplo) ou em trabalho (fumicultura e horticultura, por exemplo). Outra possibilidade é a venda do trabalho (empregos permanentes ou temporários), mas nem sempre esta alternativa é viável, pois implica em diversas modificações na organização do trabalho na propriedade, gerando, inclusive o sobre-trabalho. Em se tratando de atividades intensivas em capital, trata-se de algo que na maioria das vezes não está ao alcance dos beneficiários do crédito fundiário devido ao valor dos

investimentos. As atividades intensivas em trabalho também possuem suas restrições, principalmente no que se refere ao “tamanho” do mercado, como no caso da horticultura.

Apesar do exposto, verifica-se que o crédito fundiário é de interesse de um número considerável de agricultores que, em busca de ampliar a área agrícola ou adquirir a primeira, encontram essa possibilidade em programas públicos, já que, através dos mecanismos normais de mercado é ainda mais difícil o acesso a terra (compra à vista ou com poucos anos para pagar).

O desempenho do PNCF depende das condições de financiamento do programa aos beneficiários e à sua institucionalidade, entretanto, devido ao caráter do trabalho trataremos apenas da primeira.

Dos resultados da pesquisa que por ora se apresentam é possível retirar várias sugestões no que se refere à capacidade de pagamento. Uma delas é quando se tratou, no item 4.5, da necessidade de maiores investimentos da política de crédito fundiário destinados aos trabalhadores rurais em relação aos que já são agricultores no momento da entrada no programa, pois estes encontram maiores dificuldades iniciais e ainda não estão integrados no mercado.

Em relação à assistência técnica, afirmou-se, no item 4.4, que não basta considerar se o agricultor tem ou não assistência técnica, haja vista as diferenças entre concepções de ATER, as diferenças de complexidade de processos produtivos, o perfil de entrada no programa e /ou o conhecimento ou não do sistema produtivo adotado, a relação entre atividades integradas e não integradas à agroindústria, etc. Afirmou-se, também, que a ATER não é suficiente para resolver os problemas de geração de renda, pois esta depende, em última instância, da integração ao mercado.

Quando tratamos da área de terra disponível, afirmou-se que era um aspecto a se considerar, pois a escolha dos sistemas produtivos sofre interferência da área disponível. A própria escolha entre atividades intensivas em capital ou trabalho, ou ainda em ambos, depende da área disponível. Isso implica em analisar se a política de financiamento para investimentos encontra-se adequada para tal.

Uma das ações que o PNCF pode desenvolver é a classificação dos municípios e regiões segundo o preço da terra e os sistemas de produção, o que poderá contribuir para definir ações específicas, como por exemplo: valor dos tetos de financiamento, projetos produtivos, público prioritário, período de carência, adequação da assistência técnica, investimentos em infra-estrutura, potencialização de políticas federais e de outros níveis de governo (políticas agrícolas e outras políticas), etc.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a busca por avaliar políticas públicas e o objetivo da presente pesquisa, cabe destacar que sempre utilizamos um determinado recorte da realidade social. Ou seja, os impactos das políticas, assim como do crédito fundiário, podem ser alterados por diversos elementos do contexto social e econômico, pois muitas vezes não conseguimos considerá-los e mensurá-los adequadamente e também porque a realidade é dinâmica. Foi com base nessa consideração que procuramos desenvolver o presente estudo, que deve ser interpretado com o mesmo cuidado.

Em relação à capacidade de pagamento, questão em torno da qual se desenvolveu o presente trabalho, tratou-se em diversas partes do documento, procurou-se corroborá-la através de cálculos (renda agrícola e não agrícola) e outras informações (nível atual de inadimplência, informação dos técnicos e pesquisadores de campo). Embora importante, acreditou-se que seria insuficiente e não o único objetivo do trabalho informar o percentual de beneficiários que teria capacidade de pagamento. Por isso, além de diversas informações complementares (acesso à terra, evolução do patrimônio e da renda, acesso aos bens de consumo), dedicou-se o capítulo 4 para tratar dos fatores que contribuem para a capacidade de pagamento.

O programa Banco da Terra fez com que um grande número de pessoas procurasse as entidades ou instituições municipais para se inscreverem como possíveis beneficiárias. Normalmente, esse número foi bem maior que a quantidade de pessoas que efetivamente tiveram acesso ao programa. Em Mafra, no estado de Santa Catarina, por exemplo, mais de 800 pessoas se inscreveram no programa, sendo que menos de 30 foram beneficiadas. Para muitos, um programa de compra de terras significava a possibilidade de adquirir a área de terra da qual pagavam arrendamento, não precisar mais vender seu trabalho ao proprietário da terra ou ainda a possibilidade de poder voltar a ser um agricultor. Os três anos de carência, o prazo para pagamento relativamente longo e a possibilidade de acessar outras políticas governamentais foram estímulos, haja vista que a compra fora de um programa de crédito fundiário normalmente é à vista ou com poucos anos para pagar (três ou quatro). No caso do Banco da Terra, o novo proprietário tem o Pronaf “A” com juros baixos e com 40% de rebate, o que não aconteceria se estivesse fora do programa.

A maior parte dos entrevistados (77%) já era composta por agricultores que produziam para o mercado (arrendatários e agricultores familiares com pouca terra). Verifica-se que os beneficiários com melhores resultados econômicos estão (uma parte já estava) integrados às indústrias (fumo, por exemplo) e desenvolvem atividades intensivas em trabalho. Para esses, o financiamento do Banco da Terra não mudou muito a dinâmica produtiva e as fontes de renda, pois atualmente destinam o valor do que pagavam de arrendamento para pagar as prestações do financiamento e ainda puderam melhorar a infra-estrutura produtiva através do acesso ao Pronaf “A”.

Em termos de capacidade de pagamento dos beneficiários estudados, cabe analisá-la de diferentes formas. Atualmente, de acordo com a renda agrícola e não-agrícola, para o ano safra 2004-05, em torno de 60% dos beneficiários do Banco da Terra entrevistados teriam condições econômicas para pagar o financiamento do BT e do Pronaf “A” no ano-safra considerado, após deduzir-se as

despesas com manutenção familiar. Verificou-se, também, que 62% possuíam poupança no momento da pesquisa, que é também um indicativo de capacidade de pagamento. Como já se destacou anteriormente, deve-se considerar que esse tipo de análise pode carecer de alguma inconsistência em virtude de que os pesquisados poderiam não possuir a informação exata, poderiam omiti-las e o ano-safra considerado poderia ser atípico em virtude da conjuntura de mercado e do clima. Considere-se também que em muitos casos os projetos produtivos ainda não começaram a produzir resultados econômicos ou não estão em pleno desenvolvimento (é o caso dos produtores de café em Santo Antônio da Platina (PR), e dos produtores de leite dos diversos municípios, principalmente Tenente Portela (RS) e Encantado/Teutônia (RS)).

Em termos de geração de renda, verifica-se que o Valor Bruto da Produção (VBP) se elevou em 63% na média dos entrevistados (considerando os 181, dos quais 23% não eram agricultores) e 36% entre os que já eram agricultores desde a entrada no programa. Nos municípios pesquisados, os beneficiários do Banco da Terra estão se viabilizando quase que somente com a agricultura (91% da renda é agrícola), mas em outras regiões as rendas não-agrícolas poderão ser importantes. Entre os entrevistados, o valor das rendas não-agrícolas, manteve-se estável na média, mas variou de forma distinta entre os municípios pesquisados e o perfil de entrada dos beneficiários. Já no que se refere ao valor do patrimônio, verifica-se uma elevação em todos os municípios pesquisados, principalmente em virtude do Pronaf “A”.

Nas regiões produtoras de soja, os beneficiários adquiriram as menores áreas, o que significa restrição de área e de escolha de projetos produtivos, e produto comercializável de baixo valor agregado por unidade de área (hectare). Aos que já estavam integrados ao mercado, as condições de financiamento (valor das prestações, carência) estão mais adequadas do que os que não estavam.

Nesse estudo verificou-se uma diferenciação entre os agricultores beneficiários do Banco da Terra, mesmo que o período considerado tenha sido de poucos anos (no máximo cinco). Alguns dos beneficiários possuem patrimônio e renda bastante elevados, enquanto outros possuem renda e patrimônios menores e residência em condições muito precárias. A diferenciação entre os agricultores beneficiários do programa pode se dar por diversos motivos: capital e renda inicial (quando do acesso ao programa), oportunidades de mercado dadas pelo entorno sócio-econômico, mudanças na conjuntura de mercado, acesso a políticas, problemas de saúde na família, decisão em investir em outra atividade ou em formação, etc.

A infra-estrutura/patrimônio inicial dos beneficiários é importante, ou seja, para aqueles que não dispunham de nenhuma máquina, equipamentos ou instalações utilizadas no processo produtivo, as dificuldades normalmente são maiores em relação àqueles que dispunham. Além disso, os trabalhadores ou ex-trabalhadores rurais normalmente tiveram que deixar de receber o salário que recebiam de seus antigos empregos (temporários ou permanentes), o que para alguns significou ficar sem ou com pouca renda para a manutenção familiar por um certo período de tempo. Esse tempo é de no mínimo uma safra, isso sem considerar que as primeiras safras podem não gerar ou gerar pouca renda, tendo em vista a existência de deficiências na estrutura produtiva (leite, por exemplo), solos com necessidades de melhorias (preparação, reposição de fertilidade), falta de experiência na gestão do estabelecimento agrícola, dentre outros fatores.

Como se afirmou anteriormente, os resultados econômicos atuais dos beneficiários do crédito fundiário podem ser modificados pela conjuntura de mercado dos produtos agrícolas. É possível tratar de tendências, mas não é possível prever as alterações provocadas pela conjuntura, desenvolvimento tecnológico e a produtividade do trabalho, que alterarão os preços e a renda agrícola.

As características de uma política fundiária podem contribuir com uma maior ou menor capacidade de pagamento do crédito fundiário. Entretanto, é necessário levar em consideração o desenvolvimento da agricultura brasileira e a conjuntura em que ela se insere, o entorno econômico das regiões de inserção, que aumentam ou reduzem a demanda por produtos agrícolas e oferta de trabalho. Tendo em vista as mudanças conjunturais do entorno sócio-econômico, é possível dar alguns indicativos da capacidade de pagamento.

Em virtude do crédito fundiário permitir a aquisição uma pequena área de terra, os beneficiários necessitam desenvolver atividades agrícolas intensivas em trabalho e sem muita necessidade de capital. Dentre as atividades que demandam pouco trabalho e, por consequência geram pouco valor agregado por unidade de área, como é o caso da soja em Tenente Portela (RS) e o algodão em Santo Antônio da Platina (PR), a tendência é que a renda agrícola diminua ao longo dos anos. Nesse último, a maioria dos beneficiários implantou a cultura do café, que poderá proporcionar melhores rendimentos econômicos nos próximos anos.

No PNCF, o valor total a ser pago é um pouco inferior ao BT e nas linhas NPT e CPR o beneficiário tem acesso a financiamento de infra-estrutura não reembolsável. No entanto, já que o financiamento para infra-estrutura está incluído no valor máximo (teto) e em virtude do alto preço da terra na região Sul, os beneficiários preferem destinar todo recurso para aquisição de terra. Podem, ainda, destinar recursos próprios para adquirir uma área maior, mas que limitará sua capacidade de investimento nas atividades produtivas. Já a redução do período de carência em um ano (em relação ao BT) pode gerar dificuldades, principalmente, aos beneficiários que não possuem infra-estrutura/patrimônio inicial e ainda não estão integrados ao mercado.

Com a elevação do preço da terra na região Sul, os novos beneficiários do crédito fundiário poderão adquirir áreas menores que as adquiridas através do programa Banco da Terra. Isso significa que as atividades intensivas em trabalho ganharão mais importância, a exemplo da fumiicultura. Como se afirmou anteriormente, o preço da terra é uma variável importante a ser considerada no crédito fundiário, isso porque a existência de um teto de financiamento impõe limites no tamanho da área a ser adquirida, facilitando ou restringindo a escolha dos sistemas produtivos e podendo alterar a capacidade de pagamento. Conforme se propôs anteriormente, “uma das ações que o PNCF pode desenvolver é a classificação dos municípios e regiões segundo o preço da terra e os sistemas de produção, que poderá contribuir para definir ações específicas: valor dos tetos de financiamento, projetos produtivos, público prioritário, período de carência, adequação da assistência técnica, investimentos em infra-estrutura, potencialização de políticas federais e de outros níveis de governo, etc”.

## 8 BIBLIOGRAFIA

- BITTENCOURT, G. A. **Análise econômica do Banco da Terra**. Boletim do Deser. Curitiba, junho de 1999.
- CAMARGO, L. **O Banco da Terra em Santa Catarina: da crítica às possibilidades**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2003.
- DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. **Cartilha do Pronaf**. Curitiba, 2000.
- FAO/INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Brasília, 2000. Disponível em [www.incra.gov.br/sade](http://www.incra.gov.br/sade).
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Vozes, Petrópolis, 1981.
- PLATA, L. E. A. **Dinâmica do preço da terra rural no Brasil**. NEAD. Brasília. s/d. Disponível em [www.nead.org.br](http://www.nead.org.br). Acesso em maio de 2004.
- REYDON, B. et al. **A relação inversa entre a dimensão e o preço da terra rural: um estudo econométrico para o Brasil**. Sober, Cuiabá, 2004.
- SCHNEIDER, S. **Pluriatividade: origem, evolução e situação atual**. Apresentação realizada na APACO. Chapecó, abril de 2004.
- SOUZA FILHO, H. M. et al. **Programa Cédula da Terra: medindo a eficiência dos beneficiários**. Sober, Cuiabá, 2004.
- SPAROVEK, G. et al. **Diagnóstico dos Projetos do Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural**. MDA/SRA e USP/Esalq. Brasília, 2003.
- VICTOR, A. D; SAUER, S. **Estudo sobre a política do Banco Mundial para o setor agrário brasileiro com base no caso do projeto Cédula da Terra**. Brasília, 2002.



ISBN 85-60236-00-7



9 788560 236008



Secretaria de  
Reordenamento Agrário  
Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

